



João Cesa
Energia para a vida

2022

Relatório Anual
(Societário)

Índice

Relatório da Administração Societário	5
Balanço Patrimonial Societário	24
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	26
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	27
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	28
Notas Explicativas Societárias	31
Parecer dos Auditores Independentes Societário	65
Relatório da Administração Regulatório	69
Balanço Patrimonial Regulatório	90
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	92
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	93
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	95
Notas Explicativas Regulatório	96
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório.....	129

Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta da Diretoria

Senhores e Senhoras Sócios Cotistas:

Mais um ano se passou e é com muito orgulho e satisfação que informamos que a JOÃO CESA, completou 75 anos de história no município de Siderópolis – SC.

Atuando com muito carinho, dedicação, zelo, e responsabilidade, alcançamos o sucesso planejado, coroado aos olhos de todos, com a conquista de muitos agradecimentos e premiações. Um ano lavrado de muita insegurança política conseguimos honrar nossos compromissos com muito êxito, alcançando no final deste exercício, se manter entre as melhores concessionárias de distribuição de energia elétrica de pequeno porte do Brasil, nas avaliações feitas pelo órgão regulador.

Isso faz enxergar que estamos no caminho certo, procurando sempre exercer com dedicação nossa vocação em servir bem o consumidor Sideropolitano.

Demonstraremos neste relatório do exercício de 2022, a publicação de prestação de contas aos Senhores Sócios, à Agência Reguladora e demais interessados. Um ano de muita reorganização intersetores ao qual alavancou um profissionalismo estrutural de cada um, investimos em novos programas de qualidade e na melhoria da rede de energia elétrica, medição e proteção.

Nosso negócio está baseado no compromisso de desempenho com integridade. Esta é a herança sobre a qual nossa Empresa foi construída e é a base sobre a qual continuaremos a ampliar nosso negócio no município de Siderópolis. Devemos manter os mais elevados

Padrões de conduta ética em todas as atividades e em todos os locais em que realizemos manutenção. Agindo dessa maneira, continuaremos a conquistar a confiança de nossos clientes, parceiros de negócios e comunidades, que nos ajudarão no progresso da Empresa. Lembramos, também, o nosso foco em nossos colaboradores, principal patrimônio da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Neste cenário, estamos fechando o exercício de 2022, e, apresentamos o relatório de administração societário e regulatório que objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, informar com qualidade, clareza e transparência os acontecimentos e resultados deste exercício.

Dito isto, agradecemos à DEUS, aos Sócios(as), aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Consultores, Auditores e Clientes. Boa leitura!

EDSON DE SILVESTRE
Diretor Administrativo

SEDNIR CESA
Diretor Financeiro

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA - EFLJCL, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Sócios Cotistas a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Neste exercício, pudemos acompanhar, registrar adequadamente a retomada do crescimento pós pandemia e início da guerra, e, a dificuldade dos desafios eleitorais políticos em nosso País. Registramos, também, os novos projetos e execução dos mesmos, observando a abertura e finalização de cada Ordem em Curso, o que proporciona à Empresa, a clara demonstração ao Órgão Regulador de que a JOÃO CESA segue firme e equilibrada, oferecendo a cada ano mais qualidade e continuidade na distribuição de energia elétrica, e, transparência em sua administração.

Neste contexto, todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL, e, disponibilizado através do canal de divulgação em nosso sítio eletrônico, para que todos os que desejarem, possam verificar o equilíbrio econômico e financeiro de nossa Concessionária.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a ANEEL tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados, foram enviados tempestivamente e aprovados na pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos também, têm sido enviados dentro do prazo legal.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Sócios que na sequência se encontram todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a possibilitar o conhecimento dos resultados e dar todas as condições para V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

DAVID ROGER KESTERING
COORDENADOR DEPARTAMENTO CONTÁBIL

DEIVISON JUVINO DE SOUSA E SILVA
Contador
CRC Nº: SP-299368/0

Carta do Departamento Técnico

No ano de 2022 marcado pelo fim da pandemia, conseguimos manter a estratégia de alocação eficiente de recursos humanos e financeiros, o que nos possibilitou concluir o ano com indicadores de continuidade entre os melhores do Brasil.

Investimentos na Rede de Distribuição

Em 2022 foram investidos 362 R\$/mil na rede de distribuição de energia elétrica, sendo 122 R\$/mil na expansão da rede, 115 R\$/mil na renovação de ativos e 125 R\$/mil em equipamentos de medição.

Dentre as principais obras realizadas, destaca-se a melhoria de 0,35 km de rede de baixa tensão na Rua João Cesa e a renovação da rede de baixa tensão no bairro Rio Fiorita.

Qualidade do Fornecimento

No ano de 2022 a EFLJC manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade, e, também, ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são de 9 horas para o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e 7 interrupções para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Programa de Eficiência Energética

Não foi realizado nenhum programa de PEE em 2022

Base de Dados Geográfica da Distribuição

A EFLJC entregou em julho de 2022 a Base de Dados Geográfica da Distribuição - BDGD, com data-base 31/12/2021, obtendo o protocolo de validação e envio "BDGD 88_2020-12-31_M10_20210615-1450".

Neste sentido, apresentamos com satisfação os resultados operacionais no presente relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.

EMERSON JOSÉ MENDES SILVA
Engenheiro

Cenário

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 75 anos de existência.

Durante o exercício de 2022 nossa Empresa demonstrou solidez no que tange o consumo de Energia Elétrica. Auferimos assim, um pequeno aumento em nosso número de consumidores na ordem de 1,04%. Com relação ao mercado atendido, obteve-se uma diminuição similar, na ordem de (3,06) %. A classe Comercial teve uma diminuição de (0,32) %, seguidas pela classe Industrial em (17,06) %, Rural em (12,70) %, iluminação pública em (0,20) % e Serviço Público em (25,33) %.

A classe Residencial teve um aumento de 1,06% e a classe Poder Público um aumento de 13,81%.

Já com relação a utilização de nossas redes por consumidores que adquirem Energia no Mercado Livre, houve nesse exercício, um aumento na ordem de 21,73 %.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A João Cesa distribui energia elétrica para parte do Município de Siderópolis – SC, não atendendo a nenhum consumidor livre fora de sua área de Concessão. Conecta, contudo, 3 Consumidores Não cativos (livres especiais), ou seja, que operam no Mercado Livre de Energia Elétrica, sendo 2 deles Industriais e 1 Comercial.

Ligação de consumidores - Foram realizadas no ano, 40 novas ligações, sendo, 32 Residenciais, 9 Comerciais, (-2) Industriais, e, 1 Poder Público. Nosso atendimento totalizou 3.887 consumidores (3.890 com os Consumidores Livres), base dezembro de 2022, apresentando um crescimento de 1,04% em relação a 2021.

Número de Consumidores

Consumidores	2018	2019	2020	2.021	2.022
Residencial	3.168	3.237	3.294	3.310	3.342
Comercial	379	392	391	397	406
Industrial	79	79	86	81	79
Rural	4	4	4	4	4
Poderes Públicos	51	53	53	53	54
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	-	-	1	1	1
Total	3.682	3.766	3.830	3.847	3.887
Variação	0,93%	2,28%	1,70%	0,44%	1,04%
Consumidor Livre (especial)	2	2	2	3	3
Total Geral	3.684	3.768	3.832	3.850	3.890

O consumo de Energia Elétrica na área de atuação da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, no ano 2022, foi de 22.181,51 megawatts-hora. Tendo apresentado um leve aumento 3,71% em relação a 2021, analisado juntamente com a conexão dos clientes que operam no mercado livre de energia. O consumo faturado foi na ordem de 15.530,09 megawatts-hora, apresentando uma diminuição de (2,48) %.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

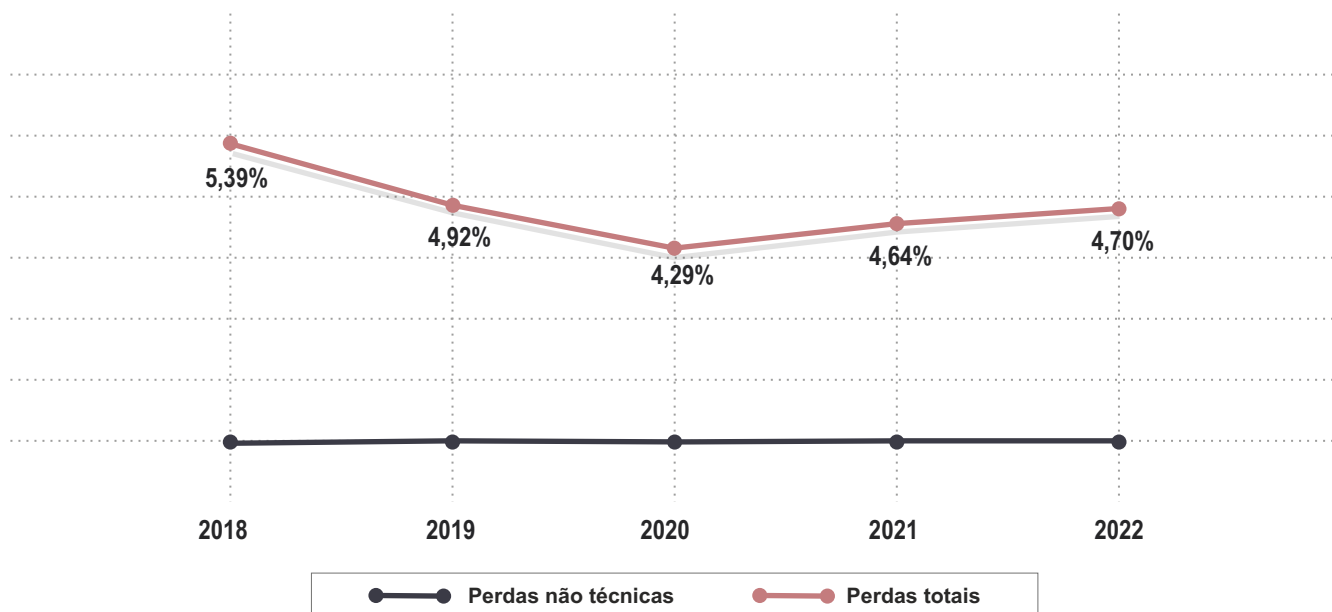
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	13.209,23	13.832,04	14.937,82	14.998,47	14.539,44
Fornecimento	13.209,23	13.832,04	14.937,82	14.998,47	14.539,44
Residencial	6.787,78	6.927,01	7.301,47	7.307,56	7.385,27
Comercial	2.826,26	2.878,50	3.301,25	3.397,04	3.386,24
Industrial	2.434,01	3.012,01	3.472,25	3.436,12	2.849,77
Rural	12,87	11,42	11,67	12,13	10,59
Poderes Públicos	529,27	523,56	449,98	476,32	542,09
Iluminação Pública	619,04	479,55	393,78	357,10	356,37
Serviço Público	-	-	7,42	12,20	9,11
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	4.202,15	4.576,70	5.687,01	5.463,86	6.651,42
Consumidores Livres/Dist./Ger.	4.202,15	4.576,70	5.687,01	5.463,86	6.651,42
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	17.411,38	18.408,74	20.624,83	20.462,33	21.190,86
Variação	1,33%	5,73%	12,04%	(0,79)%	3,56%

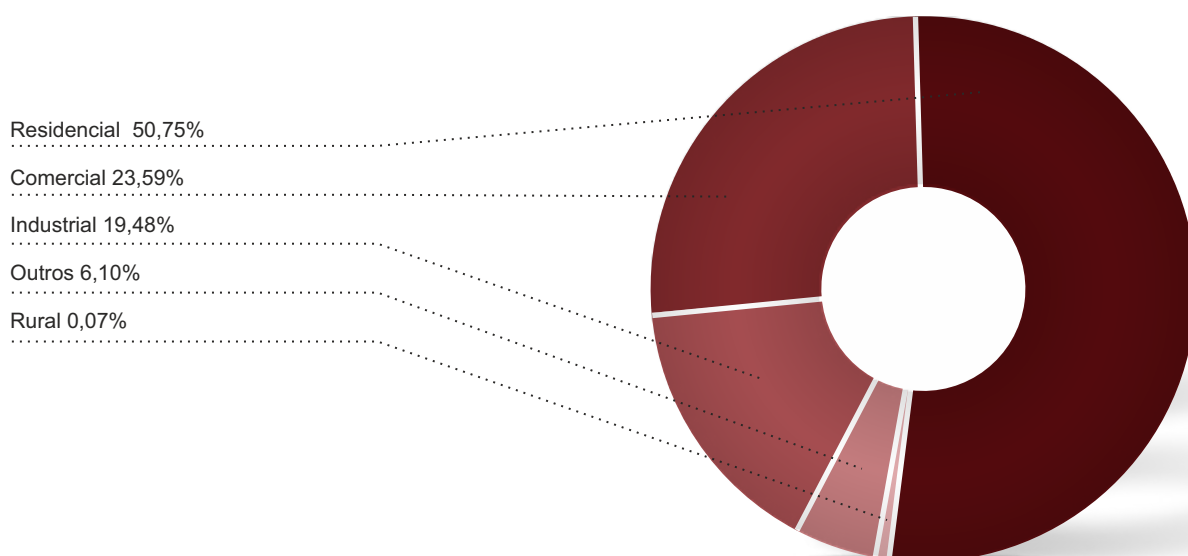
Balço Energético

Energia Requerida	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	13.105,88	13.933,63	15.270,27	15.924,60	15.530,09
Fornecimento	13.105,88	13.933,63	15.270,27	15.924,60	15.530,09
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	4.253,32	4.634,16	5.693,38	5.463,86	6.651,41
GD - Geração de Compensação	-	-	-	(173,29)	(396,77)
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	17.359,19	18.567,78	20.963,65	21.215,16	21.784,73
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	989,08	960,85	938,96	1.033,44	1.074,71
Perdas Técnicas	989,08	960,85	938,96	1.033,44	1.074,71
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	989,08	960,85	938,96	1.033,44	1.074,71
PT / Energia Requerida %	5,39%	4,92%	4,29%	4,64%	4,70%
Total	18.348,28	19.528,64	21.902,61	22.248,60	22.859,44

PERDAS NÃO TÉCNICAS E TOTAIS



Consumo por Classe de Consumidores

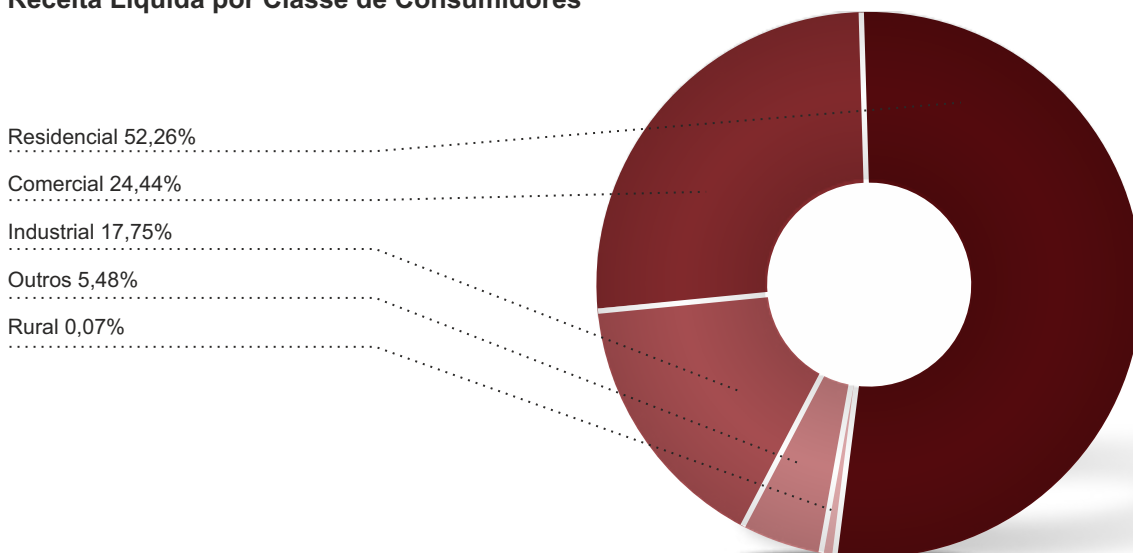


Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 7.588,02 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2022	2021
Residencial	3.965,65	4.662,59
Comercial	1.854,47	2.115,40
Industrial	1.347,01	1.709,83
Rural	5,35	6,73
Outros	415,54	452,91
Poderes Públicos	302,85	313,40
Iluminação Pública	107,59	131,42
Serviço Público	5,10	8,09
Total	7.588,02	8.947,45

Receita Líquida por Classe de Consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2022, apresentou um crescimento de 1,04% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2022	2021	Var %
Residencial	3.342	3.310	0,97%
Comercial	406	397	2,27%
Industrial	79	81	(2,47)%
Rural	4	4	0,00%
Outros	59	58	1,72%
Poderes Públicos	54	53	1,89%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	1	1	0,00%
Consumo Próprio	3	3	0,00%
Acessantes	3	3	
Livres Especiais	3	3	0,00%
Total	3.893	3.853	1,04%

Tarifas - A média da tarifa de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 521,93 /MWh, uma diminuição de (12,52) % com relação a dezembro de 2021. Por meio da Resolução Homologatória ANEEL Nº 3.103 de 23 de agosto de 2022 a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda foi autorizada a aplicar sobre sua venda de Energia Elétrica, um reajuste médio com efeito tarifário de 5,54%, percebido por seus consumidores.

Classe	Tarifa Média
Residencial	536,97
Comercial	547,65
Industrial	472,67
Rural	505,60
Outros	459,52

Tarifa Residencial Baixa Renda Por faixa de Consumo	Kwh 0 a 30	Kwh 31 a 80	Kwh 81 a 100	Kwh 101 a 220
Tarifas Brutas	0,158	0,270	0,270	0,405

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC(Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2018	1,56	1,77	0,56
2019	4,13	3,83	0,57
2020	2,48	3,76	0,50
2021	2,90	2,80	0,51
2022	2,24	1,92	0,63

No ano 2022 a Empresa Força e Luz João Cesa manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade e também ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são 9 horas para a DEC e 7 interrupções para a FEC.

Também, conseguimos manter o tempo médio de atendimento as emergências, que representa o tempo ocorrido entre o conhecimento da ocorrência por nossa equipe e a solução para o consumidor, em torno de 38 minutos, reforçando o nosso compromisso de atender o nosso consumidor o mais rápido possível.

Atendimento ao consumidor - A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios do Município de Siderópolis se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica. Efetua, assim, todos os atendimentos nos prazos legais e regulamentares.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2022, o lucro líquido societário foi de R\$ 412,80 mil, contra um lucro de R\$ 260,19 mil em 2021. Diante de todos os desafios enfrentados no decorrer do ano, o resultado foi recebido com bons olhos pela Diretoria, que manteve suas ações afim de manter equacionado o fluxo de caixa, absorvendo sempre com capital próprio um investimento expressivo na Rede de Distribuição.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória.

Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado líquido da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 412,80 mil

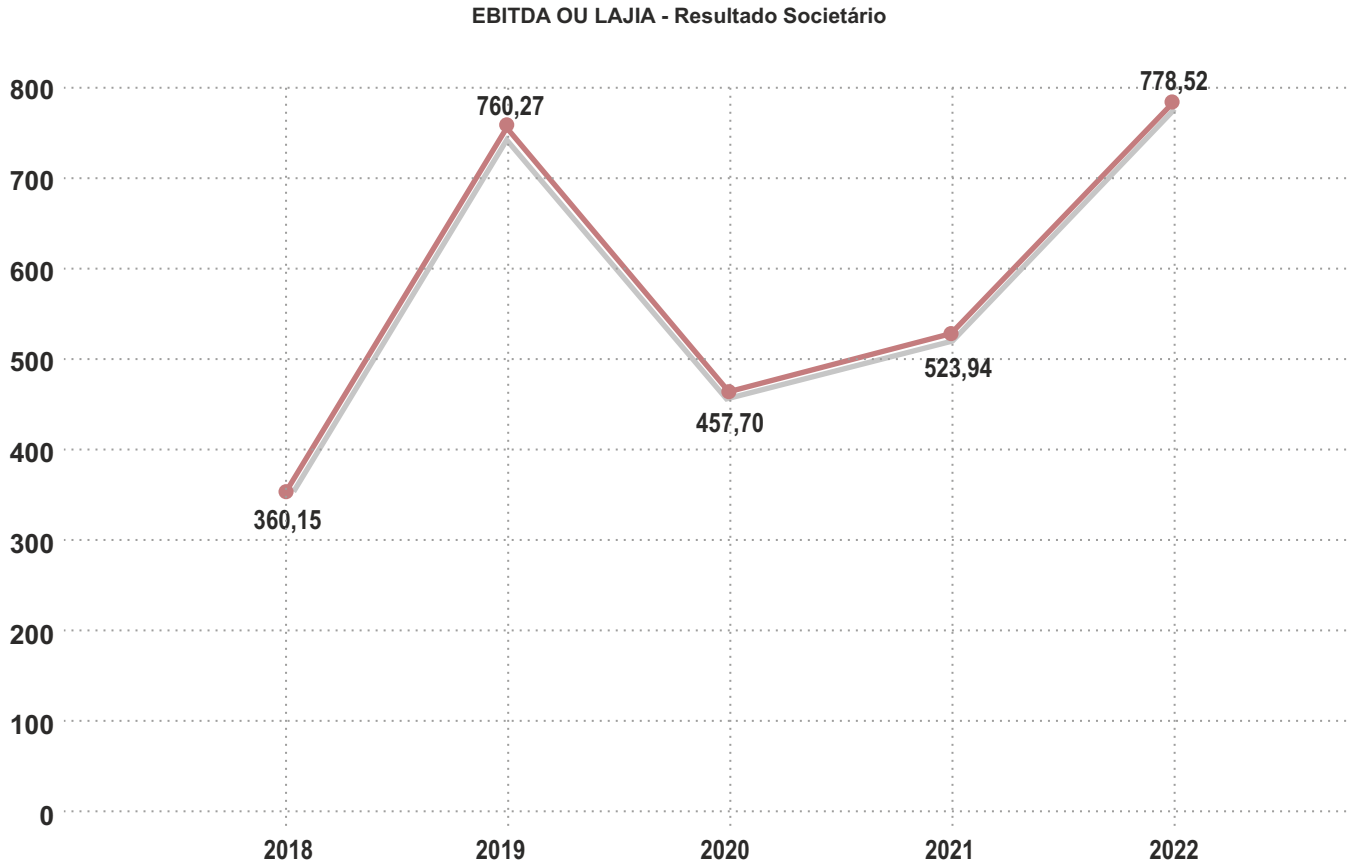
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 251,90 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 467,56 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 10.993,70 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 10.221.58 mil.

As despesas operacionais societárias totalizaram em 2022 R\$ 10.782,92 mil, 5,37% superior em relação à 2021, sendo destaque deste montante os custos com: Energia comprada para revenda, que representa 68,00% do montante. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do Exercício foi de 15,36 % contra 11,42 % em 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo societário) foi de R\$ 778,52 mil, superior em 48,59% a 2021, que foi de R\$ 523,94 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Seguindo os expressivos investimentos realizados nos últimos 3 anos, o exercício de 2022 contou com investimentos de R\$ 370,37 mil, que representa uma diminuição de 26,82% em relação à 2021, onde frisamos que todos investimentos foram efetuados com capital próprio, em decorrência da eficiente gestão de fluxo de caixa por parte da Diretoria. A Empresa estima um investimento total de R\$ 951,21 mil nos próximos 4 (quatro) anos para essa mesma rubrica.

Empresas	Investimento(em R\$ Mil)	Participação da Outorgada (em %)	Negócio
	364,52	100,00%	LR
EFLJC	5,85	100,00%	ADM
TOTAL	370,37	100,00%	

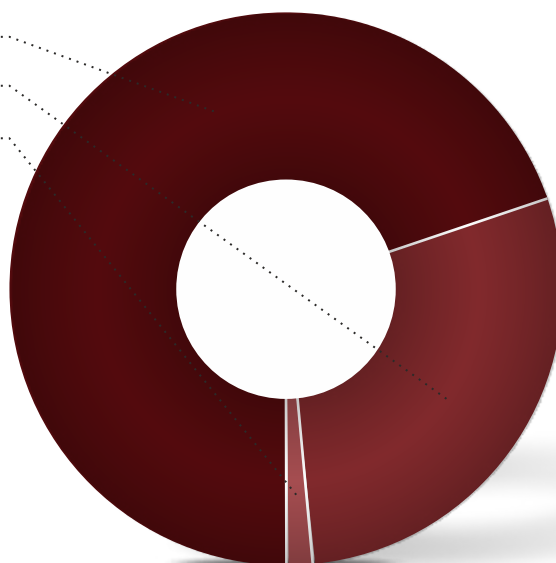
Captações de recursos: Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria. Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria.

Valor adicionado: Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 8.390,70 mil, representando 50,36% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 7.429,39 mil, representando 46,34% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Governo 75,01%

Pessoal 19,44%

Acionistas 5,56%



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os sócios cotistas se reúnem e deliberam sobre a destinação dos lucros acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de abril de cada ano e tem contado, nos últimos anos, com a participação de mais de 80% do Capital Social da Empresa. Para o exercício 2022 foi aprovado dividendos aos Sócios Quotistas na ordem de 90,00 R\$/mil referente ao resultado do ano calendário 2021, cujos pagamentos ocorreram no início de 2023.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Empresa era de R\$ 1.022,73 R\$/mil, composto por 1.022,73 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos sócios cotistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Sócios Cotistas, independente de fazerem parte do Grupo Controlador ou não, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede em Siderópolis, preferencialmente após agendamento junto aos Diretores por telefone.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da JOÃO CESA vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Diretoria da Empresa têm se reunido com os Consultores e responsáveis por cada área, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o recebimento de prêmios de qualidade no atendimento ao seu consumidor.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Neste sentido, vale lembrar que atuamos num Setor totalmente Regulado, cujo órgão regulador, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, regulamenta e fiscaliza mensal, trimestral a anualmente todas as informações técnicas, comerciais, e, no caso do presente balanço, de forma ampla, o resultado econômico e financeiro da EFLJCL.

Para melhor conhecimento de todos, destacamos de forma resumida no quadro abaixo, o DRE SOCIETÁRIO RESUMIDO, conforme segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	16.031,97	16.660,45
Tributos	(3.217,83)	(4.183,12)
Encargos - Parcela "A"	(1.820,44)	(2.255,75)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.993,70	10.221,58
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.582,66)	(6.989,86)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.411,04	3.231,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.898,09)	(2.978,77)
Resultado da Atividade	512,95	252,96
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	104,35	154,63
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	617,30	407,59
Despesa com impostos sobre os lucros	(204,50)	(147,39)
Resultado líquido das operações em continuidade	412,80	260,20
Resultado líquido do exercício	412,80	260,20

Gestão pela qualidade total: Em 2022, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos semanalmente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, periodicamente apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa recertificação ISO 9.001.

Recursos humanos: Em 2022 a JOÃO CESA investiu R\$ 2,36 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Na visão da JOÃO CESA, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia com um terço do valor da universidade de sua equipe.

Adicionalmente, a EFLJCL concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2022 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 116,51 mil; b) Auxílio médico R\$ 77,20 mil; c) Auxílio Transporte: R\$ 2,46 mil; d) Auxílio Odontológico R\$ 3,42 mil e, e) Seguro de Vida: R\$ 2,54 R\$ mil.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a JOÃO CESA vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Outorgada em números	2022	2021	%
Atendimento	-	-	
Número de consumidores	3.893	3.853	1,04 %
Número de empregados	15	15	-
Número de consumidores por empregado	260	257	1,04 %
Número de localidades atendidas	1	1	- %
Número de agências	1	1	- %
Número de postos de atendimento	1	1	- %
Número de postos de arrecadação	5	5	- %
Mercado			
Área de concessão (Km2)	263,00	263,00	- %
Geração própria (GWh)	-	-	- %
Demanda máxima (MWh/h)	5,55	5,08	9,25 %
Distribuição direta (GWh)	22,20	21,31	4,18 %
Consumo residencial médio (KWh/ano)	620.543	607.575	2,13 %
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	521,93	596,63	(12,52)%
Total (exceto curto prazo)	515,72	578,25	(10,81)%
Residencial	536,97	638,05	(15,84)%
Comercial	547,65	622,72	(12,06)%
Industrial	472,67	497,61	(5,01)%
Rural	505,60	554,64	(8,84)%
Suprimento	-	-	- %
DEC (horas)	2,24	2,90	(22,76)%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	14,00	14,00	-
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0,02	0,02	- %
FEC (número de interrupções)	1,92	2,80	(31,43)%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,02	0,02	- %
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	- %
Número de subestações	-	-	- %
Linhas de transmissão (Km)	-	-	- %
Linhas de distribuição (Km)	78,96	78,48	0,61 %
Capacidade instalada (MW)	14,84	13,90	6,76 %
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	16.031,97	16.660,45	(3,77)%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.993,70	10.221,58	7,55 %
Margem operacional do serviço líquida (%)	68,57%	61,35%	11,77 %
EBITDA OU LAJIDA	778,52	523,94	48,59 %
Lucro líquido (R\$ mil)	412,80	260,20	58,65 %
Lucro líquido por lote de mil ações	0,41	0,26	58,65 %
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.687,98	2.278,94	17,95 %
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	- %
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	15,36%	11,42%	34,51 %
Endividamento do patrimônio líquido (%)	163,77%	158,15%	3,55 %
Em moeda nacional (%)	163,77%	158,15%	3,55 %
Em moeda estrangeira (%)	-	-	- %
Ativos Regulatórios	928,07	476,14	94,92 %
Passivos Regulatórios	145,42	261,13	(44,31)%
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3,79	3,62	4,82 %
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	979,02	1.001,10	(2,21)%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	3,77	3,90	(3,21)%
Retorno de ativos por unidade	-	-	- %

(*) Ativos e Passivos Regulatórios tem a garantia real do órgão Regulador de transformação em caixa no final da concessão.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Sócios Cotistas, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores, ao Órgão Regulador e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da JOÃO CESA, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2022 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Siderópolis, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Balanco Social dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos		
Ativo Circulante	4.335,93	3.332,45
Caixa e equivalentes de caixa	531,39	790,56
Consumidores	1.131,91	1.686,18
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	8,00	2,16
Tributos compensáveis	1.544,28	23,23
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	13,86	15,51
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	928,07	476,14
Despesas pagas antecipadamente	22,03	52,86
Instrumentos financeiros derivativos	14,19	-
Outros ativos circulantes	-	-
	142,20	285,81
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	2.754,12	2.550,64
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	20,78	18,93
Depósitos judiciais e cauções	3,37	3,37
Investimentos temporários	9,32	8,12
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	170,83	133,70
Imobilizado	-	-
Intangível	-	-
	2.549,82	2.386,53
Total do ativo	7.090,05	5.883,09

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2022	2021
Passivo		
Passivo Circulante	4.061,88	3.234,50
Fornecedores	1.008,63	1.029,41
Empréstimos, financiamentos e debêntures	73,24	77,09
Obrigações sociais e trabalhistas	180,76	178,89
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	2.011,38	849,77
Provisão para litígios	211,82	190,62
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	217,58	519,01
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	138,38	239,48
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	220,09	150,23
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	340,19	369,65
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	7,04	21,65
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	333,15	348,00
Total do passivo	4.402,07	3.604,15
Patrimônio líquido	2.687,98	2.278,94
Capital social	1.022,73	1.022,73
Reservas de capital	(12,66)	(12,66)
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	1.677,91	1.268,87
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	2.687,98	2.278,94
Total do passivo e do patrimônio líquido	7.090,05	5.883,09

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(53,24)	(137,21)
Fornecimento de Energia	14.358,92	16.339,23
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	2.115,00	439,07
Outros Recebimentos Operacionais	1.534,49	172,28
Fornecedores - Materiais e Serviços	(966,65)	(1.342,29)
Fornecedores - Energia Elétrica	(7.300,57)	(6.664,94)
Salários e Encargos Sociais	(1.590,69)	(1.948,23)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.124,16)	(765,77)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(3.357,46)	(4.206,72)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(198,12)	(106,82)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.785,06)	(2.041,74)
Outras Despesas Operacionais	(1.738,94)	(11,28)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(149,15)	0,95
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(180,17)	-
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	31,02	0,95
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(202,39)	(136,26)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(56,77)	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(259,16)	(136,26)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(259,16)	(136,26)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(259,16)	(136,26)
No início do exercício	790,56	926,82
No fim do exercício	531,40	790,56

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	"Recursos destinados a aumento de capital"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.022,73	-	-	-	1.068,81	-	2.091,54
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	260,20	-	260,20
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(72,80)	-	(72,80)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	(12,66)	-	-	12,66	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.022,73	(12,66)	-	-	1.268,87	-	2.278,94
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	412,80	-	412,80
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	(3,75)	-	(3,75)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.022,73	(12,66)	-	-	1.677,92	-	2.687,99

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2022	2021
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	16.031,97	16.660,45
Fornecimento de energia elétrica	6.605,87	8.440,19
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.348,02	7.176,23
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	23,32	243,34
Serviços cobráveis	23,53	22,38
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.987,23	568,86
Receita de Construção	44,00	209,45
Outras receitas	-	-
Tributos	(3.217,83)	(4.183,12)
ICMS	(2.590,61)	(3.421,67)
PIS-PASEP	(110,49)	(136,81)
Cofins	(516,73)	(624,64)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.820,44)	(2.255,75)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(54,84)	(50,12)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(54,92)	(50,12)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.693,56)	(1.120,49)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(17,12)	(15,33)
Outros encargos	-	(1.019,68)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.993,70	10.221,58
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.582,66)	(6.989,86)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.329,80)	(6.991,70)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(2.252,86)	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	1,84
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.411,04	3.231,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.898,09)	(2.978,77)
Pessoal e administradores	(2.272,44)	(2.137,76)
Material	(157,23)	(139,00)
Serviços de terceiros	(338,26)	(350,95)
Arrendamento e aluguéis	(0,27)	-
Seguros	(2,51)	(2,49)
Doações, contribuições e subvenções	(25,89)	(18,73)
Provisões	(54,60)	(124,04)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	15,94	18,93
Tributos	(10,93)	(9,38)
Depreciação e amortização	(158,80)	(116,32)
Despesas de Construção	(44,00)	(209,45)
Gastos diversos	(151,27)	(124,93)
Outras Receitas Operacionais	340,92	276,42
Outras Despesas Operacionais	(38,75)	(41,08)
Resultado da Atividade	512,95	252,96

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2022	2021
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	104,35	154,63
Despesas financeiras	(98,49)	(40,98)
Receitas financeiras	202,84	195,61
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	617,30	407,59
Despesa com impostos sobre os lucros	(204,50)	(147,39)
Resultado líquido das operações em continuidade	412,80	260,20
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	412,80	260,20
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	325,12	204,93
Acionistas não controladores	87,68	55,27
Lucro por ação	0,41	0,26
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,33	0,20
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,09	0,06
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:	-	-
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: Em nosso Balanço Patrimonial Societário não há outros resultados abrangentes

**Notas
Explicativas
Societárias**

1 - Contexto Operacional

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda - EFLJCL é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, em qualquer de suas formas, principalmente a Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Sua Concessão foi recém renovada, porém constantemente monitorada pelos critérios de equilíbrio econômico financeiro e indicadores de qualidade e continuidade do Serviço de Energia Elétrica.

2 - Das Concessões

A JOÃO CESA detém concessão válida até julho de 2045, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato de Concessão nº 26/99, assinado em 30.03.1999 e renovado em 09/12/2015. Atualmente (base Dezembro/2022) atende a 83,78% dos consumidores urbanos e somente 0,23% dos consumidores rurais do Município.

O restante da População é atualmente atendido pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso Ltda. – CERTREL e pela CELESC, conforme demonstrado no quadro abaixo:

População estimada 2015 (IBGE – Contagem Estimada 2021 em 14.176 habitantes

EMPRESA	CONSUMIDORES URBANOS	CONSUMIDORES RURAIS
JOÃO CESA	3.889	4
CERTREL	752	1.722
CELESC	1	-
TOTAL DE CONSUMIDORES	4.642	1.726
% JOÃO CESA	83,78%	0,23%

Atualmente a JOÃO CESA não atende a nenhum Consumidor Livre fora de sua área de atuação, porém, conecta 3 consumidores livres especiais que operam no Mercado Livre de Energia.

A Área de Concessão da JOÃO CESA abrange todo o município de Siderópolis, num total de 263 km². No entanto, após a deliberação da ANEEL sobre o atendimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso - CERTREL, definindo a poligonal desta Cooperativa por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 269 de 19 de dezembro de 2005, nossa Área de Concessão ficou reduzida a 76 km². Nesta área já bastante reduzida, ainda existe o atendimento em processo de regularização da CERTREL nas localidades do Montanhão, Nossa Senhora da Saúde, São Geraldo, Santa Luzia e Rio Albina, cujo atendimento e acerto da poligonal seguimos negociando e vendo alternativas do montante de indenização e de cronograma para assumirmos os consumidores.

O Ativo Financeiro da Concessão está registrado no presente Balanço no Não Circulante, apresentando em 2022 R\$/Mil 170,83.

03 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, atualizados pelos despachos ANEEL Nº 2.904/2021 e 1.690/2022, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2009 (balanço de abertura) para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC no 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL no 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL no 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015, sendo sua última atualização publicada pelos Despachos nos 2.904/2021 e 1.690/2022.

A adoção deste procedimento resultou, em, 2022 na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ mil 4294,74 em 2021 tal reclassificação fora de R\$ mil 4089,27 e para Ativos Financeiros, em 2022 de R\$ mil 170,83 e, em 2021 R\$ mil 133,69.

04 - Principais Práticas Contábeis

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o Fornecimento de Energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2022 contabilizado com base no Regime de Competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecido, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber, e, de acordo com as Instruções contidas no MCSE.

Estoque (inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a Investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição, também controlados pelo custo médio.

Investimentos

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre destinou todos os seus recursos para seu Ativo Imobilizado, não possuindo assim, outros investimentos não vinculados ao objeto de sua Concessão.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

Imposto de renda diferido

A João Cesa não diferiu nenhum Imposto de Renda no exercício de 2022 e anteriores.

Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Não houve, no exercício de 2022, nenhum custo associado a um eventual plano de aposentadoria e pensão.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência.

Outros direitos e obrigações

Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estrutura das demonstrações contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 0127/2009 – SFF/ANEEL e dos Despachos ANEEL 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016, 4.356/2017, 2.904/2021 e 1.690/2022, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que a partir do exercício de 2012 a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, deverão também ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016, 4.356/2017, 2.904/2021 e 1.690/2022 estão sendo publicadas em volume separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota N 44.

5 - Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários

Em 2022 possuímos R\$/Mil 351,84 em títulos compulsórios, conforme abaixo:

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2022	2021
CEF - Caixa FIC Giro Empresas	Fundos	Indeterminado	10,94% a.a	342,52	-
Título SICOOB	RENDA VARIÁVEL	Indeterminado	9,07% a.a.	9,32	8,13
			Total	351,84	8,13

6 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2022 e 2021, estão assim elencados, a seguir:

Consumidores	Legislação societária	
	2022	2021
Faturados	11.540,71	14.123,48
Não faturados	(157,37)	66,43
Sub total	11.383,34	14.189,92
Concessionárias e Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito do CCEE - Conexão consumidores livres especiais	1.587,83	1.451,70
Não faturados - Consumidores livres especiais	-	-
Sub total	1.587,83	1.451,70
Total	12.971,17	15.641,62

Obs: não contempla o quadro acima os valores de consumo próprio na ordem de 13,11 R\$/Mil em 2022 e 17,08 R\$/Mil em 2021.

Composição das Contas a Receber

Legislação societária

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão de Creditos para liquidação duvidosa		Saldo	
					2022	2021	2022	2021
Residencial	38,27	161,70	127,07	327,04	(125,20)	(109,99)	201,84	383,66
Industrial	166,19	10,68	24,94	201,81	(24,94)	(19,95)	176,87	425,60
Comércio, Serviços e Outras Atividades	111,54	31,33	41,88	184,75	(40,99)	(33,66)	143,76	85,67
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-
Poder Público	-	-	-	-	-	-	-	0,99
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	0,99
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação Pública	12,90	-	-	12,90	-	-	12,90	23,98
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda não Faturada	525,67	-	-	525,67	-	-	525,67	683,04
Atualização Regime Competência	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo a Recuperar na Tarifa	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Consumidores	854,57	203,71	193,89	1.252,17	(191,13)	(163,60)	1.061,04	1.602,95
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização no MAE:	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias/permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	854,57	203,71	193,89	1.252,17	(191,13)	(163,60)	1.061,04	1.602,95

Obs.: Valores deste demonstrativo foram formados por: Consumo + Demanda + ICMS + Energia Reativa Excedente + PIS + COFINS + Bandeira, não sendo incluídas as receitas diversas, serviços taxados e juros e multa (Inclusive na PCLD).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;

2) Casos Normais, conforme MCSPEE, sendo:

a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;

b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e

c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencida a mais de 360 dias.

7- IMOBILIZADO

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação societária	
	2022	2021
Em Serviço Societário	-	-
Em Curso Societário	-	-
Ativo Financ. da Concessão	170,83	133,70
Ativo Intangível da Concessão	2.427,23	2.307,93
Ativo Intangível em Curso	122,59	78,60
Reavaliação Regulatória Compulsória	1.954,29	2.053,53
Total	4.674,94	4.573,75
Ativo Imobilizado Societário	-	-
Ativo Imob. Regulatório	4.643,82	4.540,35
Conciliação do VNR compulsório regulatório		
Reavaliação Regulatória Compulsória - Obrigações Especiais - 2223	(31,12)	(33,41)
Reavaliação Regulatória Compulsória - Ativo Imobilizado Regulatório	1.954,29	2.053,53
Total	1.923,17	2.020,13

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro do prazo da concessão do serviço público conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou amortização acumulada	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Intangíveis				
Em serviço	4.294,74	(1.867,51)	2.427,23	2.307,93
Em curso	122,59	-	122,59	78,60
Total	4.417,33	(1.867,51)	2.549,82	2.386,53

obs: O valor acima não contempla a Reavaliação Regulatória Compulsória

8 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2022 conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, de recebimento líquido e certo, querem seja via tarifa, quer seja via indenização ao final da concessão (garantia de caixa), somam:

Ativo Financeiro Setorial:

	2022	2021
Total CVA (Conta de Compensação da Parcela "A")	457,18	299,80
CVA - Energia Comprada - 2019 - 2020	-	0,57
CVA Energia Comprada - 2020/2021	3,00	120,03
CVA PROINFA 2020/2021	-	20,38
CVA CDE ACR - Ciclo 2019 2020	-	0,86
CVA CDE - Ciclo 2020 2021	-	82,12
CVA - Energia - Perda Não Técnica - 2020/2021	-	0,70
CVA - Energia - Perda Técnica - 2020/2021	0,18	6,87
CVA ENERGI - Perdas Não Técnicas 2019/2020	0,02	0,00
CVA - Energia - Perdas Técnicas 2019/2020	-	0,03
CVA Energia - 2021/2022	-	50,94
CVA Energia - 20212/2023	157,75	0,00
CVA PROINFA 2019/2020	-	0,49
CVA PROINFA 2021/2022	43,66	13,71
CVA CDE - Ciclo 2021 2022	213,01	3,09
CVA CDE ENERGIA - Ciclo 2021 / 2022	0,01	0,00
CVA CDE 2022/2023	39,55	0,00
Total Neutralidade	404,77	162,91
EUSD - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2020 2021	0,00	109,92
Perdas Técnicas - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2020 2021	0,00	3,00
CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2020-2021	0,00	0,11
Receita Irrecuperavel - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2020 2021	0,00	0,09
CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021-2022	0,00	10,39
PROINFA - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022	0,00	1,68
TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022	0,00	0,15
EUSD - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2021 2022	0,00	17,04
ENERG REQ SEM PERDAS - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2021 2022	2,59	3,13
Perdas Não Técnicas - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022	-	14,36
Perdas Técnicas - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022	2,05	3,04
P&D - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022	-	0,00
Receita Irrecuperavel- Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022	0,19	0,00
NPA- CDE ATIVA 2022/2023	32,25	0,00
NPA - PROINFA ATIVA - 2022/2023	5,23	0,00
NPA - TFSEE ATIVA - 2022/2023	0,42	0,00
NPA - P&D ATIVA - 2022/2023	20,34	0,00
NPA - PERDAS TÉCNICAS ATIVA - 2022/2023	22,33	0,00
NPA - PERDAS NÃO TÉCNICAS ATIVA - 2022/2023	2,06	0,00
NPA - RECEITA IRRECUP. ATIVA - 2022/2023	1,22	0,00
NPA - ENERGIA REQUERIDA SEM PERDAS PASSIVA - 2022/2023	316,09	0,00
Total Item Financeiro	66,12	13,45
Item Financeiro - PIS/Consumo	-	2,47
Item Financeiro - COFINS/Consumo	-	10,97
IF - Diferimento - Energia de Revenda - RES 2923	59,85	0,00
IF - Diferimento - Perda Não Técnica - RES 2923	0,37	0,00
IF - Diferimento - Perda Técnica - RES 2923	3,62	0,00
IF - Ajuste EUSD 2021 / 2022	2,28	0,00
TOTAL - ATIVO FINANCEIRO SETORIAL	928,07	476,16

Passivo Financeiro Setorial:

	2022	2021
Total CVA (Conta de Compensação da Parcela "A")	(32,64)	(41,32)
CVA CDE Energia - 2020/2021	(0,09)	(3,83)
CVA CDE - Cilco 2019 2020	-	(2,67)
CVA CDE - Cilco 2021 2022	-	(34,82)
CVA ENERGIA 2021/2022	(25,55)	0,00
CVA ENERGIA PERDAS N TÉCNICAS 2021/2022	(0,16)	0,00
CVA ENERGIA PERDAS TÉCNICAS 2021/2022	(1,55)	0,00
CVA PROINFA - 2020/2021	(0,48)	0,00
CVA PROINFA - 2022/2023	(2,99)	0,00
CVA CDE - Ciclo 2020 2021	(1,82)	0,00
Total Neutralidade	(87,14)	(39,08)
CDE Uso - Neutralidade Parcela A 2020 2021	-	(20,59)
PROINFA -Neutralidade Parcela A 2020 2021	-	(2,83)
TFSEE - Neutralidade Parcela A 2020 2021	-	(0,32)
Neutralidade Parcela A - Energ Requerida SEM PERDAS 2020 2021	-	(3,12)
Neutralidade Parcela A - Perdas Não Técnicas 2020 2021	-	(0,73)
Neutralidade Parcela A - CDE - 2021 2022	(26,88)	(10,93)
TFSEE - Neutralidade Parcela A 2021 2022	(0,35)	(0,10)
Neutralidade Parcela A - PROINFA - 2021 2022	(4,61)	-
Perdas Tecnicas - Neutralidade Parcela A 2021 2022	-	(0,45)
Neutralidade Parcela A - Receita Irrecuperavel - 2021 2022	-	0,00
Neutralidade Parcela A - EUSD - Ciclo 2021 2022	(35,33)	-
NPA-EUSD PASSIVA 2022/2023	(19,82)	-
NPA PERDAS NÃO TÉCNICAS 2021/2022	(0,15)	-
Total Item Financeiro	(25,64)	(159,08)
IF - Ajuste EUSD 2020 2021 - RES 2.923	-	(9,63)
IF - Reversão Conselho de Conusmidores RES 2.923	-	(106,42)
IF - Diferimento - Energia de Revenda - RES 2923	-	(39,55)
IF - Diferimento - Perda Não Técnica - RES 2923	-	(0,32)
IF - Diferimento - Perda Técnica - RES 2923	-	(3,15)
Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2021 / 2022	(6,02)	-
Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2021 / 2022	(12,58)	-
Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2022 / 2023	(4,95)	-
Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2022 / 2023	(2,09)	-
TOTAL - PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL	(145,42)	(239,48)

9 - Fornecedores

	Legislação societária	
	2022	2021
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	969,46	992,00
PROINFA	-	-
Sub Total	969,46	992,00
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	-	-
Materiais e serviços	39,17	37,41
Sub Total	39,17	37,41
Total	1.008,63	1.029,41

10 - Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes saldo em Dez/2022

	Legislação Societaria					
	Circulante		Longo Prazo		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Juros	2022	2021
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-
(...)						
Sub Total	-	-	-	-	-	-
Moeda Nacional						
Banco nacional de Desenvolvimento -BNDES	-	-	-	-	-	-
Caixa Economica Federal - CEF	-	-	-	-	-	-
BB - Banco do Brasil - Limite Conta Garantida	73,24	-	-	-	73,24	77,09
Total	73,24	-	-	-	73,24	77,09

Detalhamento do Empréstimo ou financiamento:

Em 2021 não foi contraído nenhum financiamento, exceto o de curtíssimo prazo Conta Garantida, no Banco do Brasil

	Contratado			Em aberto/2021		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S/A	73,24	-	73,24	73,24	-	73,24
Total	73,24	-	73,24	73,24	-	73,24

Composição dos Empréstimos e Financiamentos por tipo de Moeda ou Indexador

Moeda (Equivalente em R\$) / Indexador	Legislação Societaria			
	2022	%	2021	%
Moeda Estrangeira				
Dólar Norte Americano	-	-	-	-
Yen japonês	-	-	-	-
Cesta de Moedas	-	-	-	-
Moeda Nacional				
TR	73,24	100%	77,09	100%
URBNDES e TJLP	-	-	-	-
IGP-M	-	-	-	-
UFIR	-	-	-	-
	73,24	100%	77,09	100%

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

2023	-
2024	-
2025	-
2026	-
2027	-
2028	-
2029	-
Após 2029	-
Total	-

Obs: Não há parcelas de empréstimos e financiamentos a longo prazo a vencer.

	Legislação Societaria			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	CP	LP	CP	LP
Mutação de Empréstimos e Financiamentos				
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	76,15	-	-	-
Ingressos	77,09	-	-	-
Encargos	-	-	-	-
Variação monetaria e cambial	-	-	-	-
Transferencia	-	-	-	-
(...)	-	-	-	-
Amortizações	(76,15)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	77,09	-	-	-
Ingressos	73,24	-	-	-
Encargos	-	-	-	-
Variação monetaria e cambial	-	-	-	-
Transferencia	-	-	-	-
Ajustes saldo negativo	-	-	-	-
Amortizações	(77,09)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	73,24	-	-	-

11 - Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente exercícios 2022 e 2021.

	2022	2021
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	-
Cota de Desenvolvimento Energético – CDE	1.693,56	1.120,49
Taxa de Fiscalização – ANEEL	17,12	15,33
Programa de Eficiência Energética – PEE	54,92	50,12
Programa de P&D	54,84	50,12
Outros - Bandeiras Tarifárias	-	1.019,68
Total	1.820,44	2.255,75

12 - Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

Apresenta-se no Não Circulante, neste exercício, unicamente o ICMS SOBRE NOTAS FISCAIS DE IMOBILIZADO, compensáveis em 48 avos, cujos valores são:

	2022	2021
Longo Prazo	20,78	18,93
Curto Prazo	17,62	14,23
TOTAL	38,40	33,16

Não possuímos tributos e Contribuição Social a pagar em nosso Passivo Não Circulante (Longo Prazo).

13 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuíamos nenhum imposto de renda ou contribuição social diferidos.

14 - Provisões para Contingências

Após análise de riscos realizada pela Administração da Empresa e seu Departamento Jurídico, a seguinte contingencia foi provisionada durante o exercício 2022:

Legislação Societária

Contingência	2022			2021		
	Valor da provisão		Depósitos Judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Contingência						
Trabalhistas						
Plano Bresser	-	-	-	-	-	-
Plano Collor	-	-	-	-	-	-
Periculosidade	-	-	-	-	-	-
Outros	(21,20)	(21,20)	-	-	-	-
Subtotal	(21,20)	(21,20)				
Cíveis		(190,62)				
Fornecedores		-	-	(92,06)	(190,62)	-
Consumidores	-	-	-	-	-	-
Empreiteiros	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	(190,62)	-	(92,06)	(190,62)	-
Fiscais						
Cofins	-	-	-	-	-	-
Pis/Pasep	-	-	-	-	-	-
CSLL	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
OUTRAS PROVISÕES	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(21,20)	(211,82)	-	(92,06)	(190,62)	-

Provisões CIVIS - Fornecedores: Trata-se da provisão referente processo junto a fornecedor por descumprimento contratual, o qual envolveu terceiros e encontra-se em tramitação judicial. Ocorreu uma provisão trabalhista no exercício de 2022 no valor de R\$ 26,50 mil e após ser firmado acordo, foi pago a 1ª parcela no valor de R\$ 5,30 mil totalizando um saldo remanescente no valor de R\$ 21,20 mil.

15 - Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 1.022.730,89 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta Reais e oitenta e nove centavos), composto por 1.022.730 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta) cotas, sendo as mesmas de responsabilidade limitada valendo R\$ 1,00 (Um Real) cada, distribuída em 13 (Treze) cotistas, conforme segue:

Acionistas	Cotas	%
Espólio Victor Cesa	774,62	75,74%
Helena Amália Frassetto	102,34	10,01%
Inocente Frassetto	45,91	4,49%
Angelica Feltrin Cesa	42,95	4,20%
Edson de Silvestre	15,44	1,51%
Daniel Paulino de Araujo	15,44	1,51%
Alda Feltrin Patel	5,42	0,53%
Vilson Moacir Cesa	5,11	0,50%
Espólio Lírio Cesa	5,11	0,50%
Emerson Cardoso Cesa	5,11	0,50%
Jorge Henrique Cesa	1,74	0,17%
Fátima Raquel Cesa Pereira	1,74	0,17%
Hélio Roberto Cesa	1,74	0,17%
Total	1.022,73	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	2022	2021
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras - Efeitos IFRS	(12,66)	(12,66)
Total	(12,66)	(12,66)

Reservas de Lucros

Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Sub Total	-	-
Lucros Acumulados a disposição da AGO	1.677,92	1.268,87
Sub Total	1.677,92	1.268,87
Total Patrimonio Liquido	2.687,99	2.278,94

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o Exercício de 2022 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não houve Juros sobre o Capital Próprio distribuído no exercício de 2022. A título de Dividendos, os Sócios aprovaram a distribuição, durante o exercício, de R\$/Mil 53,02 referentes a Lucros Acumulados até 2022, que foram efetivamente pagos em janeiro de 2023.

17 - Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	nº de Consumidores		MWh		Reais Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Consumidores						
Residencial	3.342	3.310	7.385,26	7.307,55	5.633,94	6.680,82
Industrial	79	81	2.849,76	3.436,11	2.962,25	3.237,39
Comercial	406	397	3.386,24	3.397,03	2.301,03	3.477,84
Rural	4	4	10,59	12,12	7,52	9,13
Poder público	54	53	542,09	476,31	458,51	477,56
Iluminação pública	1	1	356,37	357,09	170,11	228,62
Serviço público	1	1	9,11	12,19	7,36	12,10
Consumo próprio	3	3	14,54	16,35	13,11	17,86
Sob total	3.890	3.850	14.553,96	15.014,75	11.553,83	14.141,32
Revendedores						
Suprimento	-	-	-	-	-	-
Suprimento - curto prazo	-	-	-	-	-	-
Sob total	-	-	-	-	-	-
Conexão Consumidores livres						
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres Especiais	3	3	6.651,41	5.463,85	1.587,83	1.451,70
Sob total	3	3	6.651,41	5.463,85	1.587,83	1.451,70
Total	3.893	3.853	21.205,37	20.478,60	13.141,66	15.593,02

Obs.: O Valor expresso em R\$/Mil foi formado por Consumo + Demanda + Energia Reativa Excedente + ICMS + PIS + COFINS + Bandeiras Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Referente à conexão dos três consumidores livres especiais, os MWh referem-se ao encargo CUSD Mwh e CUSD Demanda.

18 - Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2022 a Concessionária Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não efetuou comercialização de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, optando, neste exercício, pela continuidade do Suprimento de Energia via CELESC-D.

19 - Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Reais Mil	
	2022	2021	2022	2021
CELESC Distribuição S.A.	15.171,20	15.563,36	4.751,16	6.734,52
Encargos de Conexão, Transmissão e Distribuição	-	-	2.252,86	-
PROINFA	358,86	361,24	282,49	178,69
Micro-Geração por compensação	(0,15)	(0,08)	306,64	76,63
Total	15.529,91	15.924,52	7.593,15	6.989,84

Os valores acima são líquidos de efeito dos Itens Financeiros Tarifários.

20 - Despesas Operacionais

	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal			-	-		
Remunerações	-	-	1.624,14	1.505,59	-	-
Encargos sociais	-	-	506,49	80,40	-	-
Auxílio alimentação	-	-	132,07	116,63	-	-
Indenizações (Rescisões)	-	-	2,78	18,96	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobilização em curso	-	-	(87,41)	(86,53)	-	-
Auxílio Estudante	-	-	0,86	0,30	-	-
Outros Benefícios	-	-	93,51	88,68	-	-
Total Pessoal	-	-	2.272,44	1.724,04	-	-
Material	-	-	157,23	139,00	-	-
Serviços de Terceiros	-	-	338,26	350,95	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	0,27	-	-	-
Depreciação e Amortização	-	-	158,80	116,32	-	-
Provisões	-	-	54,60	124,04	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	7.300,17	6.811,16	-	-
PROINFA	-	-	282,49	178,70	-	-
Tributos	-	-	10,93	9,38	-	-
Despesas de Construção	-	-	44,00	209,45	-	-
Outras	-	-	164,00	127,22	-	-
Total Outras	-	-	7.801,59	7.335,90	-	-
Total Geral	-	-	10.782,92	9.790,25	-	-

21 - Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no Resultado e no Imobilizado em Curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil no 6.3.6.2.d do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM no 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária					2022	2021
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		
Encargos financeiros totais	-	-	98,49	-	-	98,49	40,98
(-) Transferências para imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
Líquido apropriado no exercício	-	-	98,49	-	-	98,49	40,98
Efeitos inflacionários e cambiais totais	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
Líquido apropriado no exercício	-	-	98,49	-	-	98,49	40,98

22 - Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para o cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, é demonstrada a seguir:

	Legislação societária	
	2022	2021
Lucro / (Prejuízo) - Reg	251,90	340,66
Ajuste IFRS/ANEEL	160,90	66,93
Lucro / (Prejuízo) - Societario	412,80	407,59
Ajuste LALUR	54,76	124,30
Dedução de Prejuízo de Exerc. Anteriores (Parte B LALUR)	204,49	(27,79)
Lucro / (Prejuízo) - Fiscal	672,05	504,09
Imposto de renda (15%)	100,81	75,61
Adicional de Imposto de Renda (10%)	43,21	26,41
Total Imposto de Renda	144,01	102,02
Contribuição Social (9%)	60,48	45,37
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	204,49	147,39

23 - Participação nos Resultados

A João Cesa tem implantado o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme acordo de metas operacionais e financeiros previamente estabelecido com os mesmos. No Exercício de 2022 foram distribuídos aos colaboradores valores a título de participação nos Resultados na ordem de R\$/Mil 3,75.

24 - Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Foram fornecidos aos empregados da João Cesa em 2022, benefícios tais como Auxílio Estudante, Auxílio Transporte, Auxílio Refeição, Auxílio Médico e Odontológico, Seguro de Vida e Treinamento Profissional, onde foi investido o valor total, em 2022 de R\$ 197,41(Reais/Mil), enquanto que, em 2021, o valor investido foi de R\$ 179,49 (Reais/Mil).

25 - Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2021 e 2022. A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa", foram pagos durante o exercício:

	2022	2021
Remuneração	401,99	362,40
INSS - Parte Empresa	80,40	72,48
Outros Benefícios	29,01	26,01
Total	511,40	460,89

26 - Instrumentos financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2022 e 2021, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil, e está devidamente demonstrada na nota N°5.

27 - Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participou do programa REFIS nos exercícios de 2021 e 2022, uma vez que não houveram dívidas não quitadas junto à Receita Federal e nenhum processo fiscal em curso.

28 - Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Vida	01/01/2022 a 31/12/2022	170,00	0,19
Veículos	05/04/2022 a 05/04/2023	250,00	1,30
Escritório	08/12/2022 a 08/12/2023	1110,00	0,50
Predio Almox	08/12/2022 a 08/12/2023	272,00	0,63

Equipamentos nomeados:

Na apólice Contratada junto a HDI Seguros S.A, para o veículo: 01 Fiat linea 1.8 - 16V. O seguro cobre Danos Matérias, Danos Corporais, Dano Morais, APP por Morte e Invalidez.

Na apólice da Caixa Seguro de Vida Empresarial contratamos as seguintes coberturas: Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, doenças graves e indenização especial por morte acidental.

Na apólice da Tóquio Marine Seguradora para o escritório e prédio almox central contratamos as seguintes coberturas: Incêndio, raios, explosão, implosão, impacto de veículo ou aeronaves, vendaval, furacão, granizo, danos elétricos, quebra de vidros e espelhos, roubo e furtos mediante arrombamento.

29 - Eventos Subsequentes

29.1 - Área de Concessão:

A Área de Concessão da JOÃO CESA abrange todo o município de Siderópolis, num total de 263 km². No entanto, após a deliberação da ANEEL sobre o atendimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso - CERTREL, definindo a poligonal desta Cooperativa por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 269 de 19 de dezembro de 2005, nossa Área de Concessão ficou reduzida a 76 km². Nesta área já bastante reduzida, ainda existe o atendimento em processo de regularização da CERTREL nas localidades do Montanhão, Nossa Senhora da Saúde, São Geraldo, Santa Luzia, Rio Albina e Rio Kuntz.

Nossa Diretoria segue as conversações junto a CERTREL afim de chegar-se a um acordo de cronograma e área a ser transferida para a nossa Empresa.

29.2 – Índices de Equilíbrio Econômico e Financeiro da Concessão

Ao assinar a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a EFLJCL se comprometeu junto ao Poder Concedente à cumprir metas de equilíbrio que pudessem ser mensuradas através de índices regulatórios, inicialmente para os primeiros 5 anos e, adaptados e determinados para os próximos anos, até o fim da concessão.

Nosso LAJIDA Regulatório de 2022 ficou em: R\$/MIL 659,31 e o QRR atualizado em R\$/MIL 158,25. Este valor adicionado dos Ativos e Passivos Regulatórios garantiram nosso equilíbrio econômico, inclusive com fluxo de caixa regulatório positivo, estando aderente aos parâmetros regulatórios.

A JOÃO CESA monitora continuamente os índices de sua gestão, e, por esse motivo, enfrenta com empenho este evento subsequente de 2023, para que o presente objetivo seja alcançado.

Os indicadores publicados pelo Órgão Regulador em 2022, vigorarão até o final da Concessão. Tal determinação regulatória certamente contribuirá para melhora da qualidade de energia no Brasil. Na JOÃO CESA comemoramos o cumprimento das metas exigidas para o presente exercício.

29.3 Índices de Continuidade e Frequência (DECi/FECi)

A exemplo dos índices econômicos e financeiros destacados acima, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, determina o cumprimento dos índices internos de continuidade e qualidade de Energia Distribuída (DECi/FECi).

Para o exercício de 2022, os índices máximos eram 9,00 (DECi) e 7,00 (FECi). Com satisfação informamos que os mesmos não foram ultrapassados, demonstrando que a EFLJCL cumpriu seu papel na qualidade de energia a seus consumidores.

Nossos índices ficaram em: DECi 2,24 e FECi 1,92.

29.4) Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

d) O decreto acima descrito, também faz menção a itens não abordados nesta nota explicativa;

Após diversas ações políticas do Setor Agropecuário, o item c) acima foi revogado, tornando-se sem efeito, continuando, contudo, o decreto com validade.

Em 2023 os efeitos deste decreto trarão grande impacto aos consumidores até então amparados por estes subsídios, uma vez que já será o quinto ciclo de diminuição, sendo efetivamente retirado 80% do benefício tarifário, até o mês de julho/23, onde após, essa data será retirada integralmente.

29.5) Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2022 a EFLJCL contabilizou 4,70 % de Perdas (Técnicas e não técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 4,78%. Com satisfação a JOÃO CESA apresenta perdas globais abaixo da meta regulatória. Durante o ano de 2023 a EFLJCL continuará seu investimento nesta área com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

29.6) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A ANEEL, através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, anunciou durante o ano de 2022, que nomeou grupo de trabalho para nova revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o qual substituirá a atual REN 674/2015 da ANEEL. A JOÃO CESA realizará durante o exercício vindouro, treinamento e adaptações no modo de trabalho e nos sistemas, para que este evento subsequente possa ocorrer sem nenhum problema de descontinuidade.

29.7) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais.

Neste período, a JOÃO CESA teve sua ação de recuperação deste valor para seus consumidores, transitada em julgada, possibilitando procedimentos para recuperação fiscal desse valor.

Assim sendo, temos provisionado o valor original a compensar, e, devolver ao consumidor de: R\$/mil 574,00 a título de PIS, e, R\$/mil 813,86 a título de COFINS.

A efetiva compensação estará iniciando no exercício de 2023, mais especificamente a partir de fevereiro.

30 - Balanço Social

Responsabilidade Social:

A Empresa Força e Luz João Cesa tem plena consciência de que o respeito à comunidade e ao meio ambiente se constituem em pilares básicos para o bom convívio com a sociedade na qual se encontra inserida. Desta forma, busca agir proativamente em todas as situações que envolvem o aspecto social, participando sempre como apoiadora das festividades regionais e de eventos de cunho filantrópico.

Recursos Humanos:

Investimento na área de recursos humanos é de fundamental importância para o crescimento e evolução de uma Empresa. Foi com foco neste pensamento que no decorrer do exercício de 2022 objetivamos continuar enriquecendo nosso capital humano por meio de treinamentos específicos que contribuíram de forma significativa tanto para o aumento da qualidade dos serviços prestados como da satisfação de nossos clientes e dos nossos colaboradores.

Educação:

Com a ideia de continuar investindo cada vez mais na qualificação e capacitação de nossos colaboradores, buscamos manter ações de incentivo ao crescimento profissional tanto por meio do custeio de 1/3 da mensalidade de ensino superior ou profissionalizante, como também por prover condições e recursos necessários para a participação de colaboradores em treinamentos, eventos e congressos.

Plano de Saúde:

A saúde e o bem-estar de nossos colaboradores também tem sido nossa preocupação, por esta razão mantemos com a Cooperativa de Trabalho Médico – UNIMED, um contrato de prestação de serviços de assistência médica hospitalar, proporcionando dessa forma um atendimento médico com qualidade e rapidez. Além disso, procuramos realizar regularmente os exames médicos periódicos necessários para garantir a manutenção da boa saúde.

Seguro de Vida:

Todos os nossos colaboradores possuem cobertura de Seguro de Vida em Grupo efetivado junto Caixa Econômica Federal. Com isso visamos minimizar os danos causados por morte, acidentes ou invalidez.

Tarifa Social de Energia Elétrica:

Tarifa Social de Energia Elétrica - A EFLJC aplica a TSEE para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, conforme estabelecido pela Portaria 437, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e regulamentada pela Lei nº. 10.438 de dezembro de 2002.

Com a aplicação da TSEE, consumidores de menor poder aquisitivo são beneficiados com descontos incidentes sobre a tarifa de energia elétrica, concedidos segundo os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº. 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os descontos são aplicados de modo cumulativo, conforme indicado a seguir:

I - Para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 30 (trinta) kWh/mês, o desconto será de 65% (sessenta e cinco por cento);

II - Para a parcela do consumo compreendida entre 31 (trinta e um) kWh/mês e 100 (cem) kWh/mês, o desconto será de 40% (quarenta por cento);

III - Para a parcela do consumo compreendida entre 101 (cento e um) kWh/mês e 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, o desconto será de 10% (dez por cento);

IV - Para a parcela do consumo superior a 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, não haverá desconto.

A Tarifa base dos descontos já é diferenciada, uma vez que é isenta dos encargos setoriais.

A TSEE é aplicável às unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda que atendam as seguintes condições:

I - Seus moradores pertençam a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual

a meio salário mínimo nacional; ou

II - Tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Excepcionalmente, também pode ser beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no Cadastro Único e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos para o seu funcionamento.

	2022			2021		
1 - Base de cálculo						
	R\$ mil			R\$ mil		
Receita Líquida (RL)	10.993,70			10.221,58		
Lucro Operacional (LO)	512,94			252,96		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.272,44			2.137,76		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	116,51	5,13%	1,06%	116,63	5,46%	1,14%
Encargos sociais compulsórios	426,09	18,75%	3,88%	494,13	23,11%	4,83%
Entidade de previdência privada	-	- %	- %	-	- %	- %
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	80,73	3,55%	0,73%	80,10	3,75%	0,78%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	2,90	0,13%	0,03%	0,59	0,03%	0,01%
Educação - Auxílio educação	0,86	0,04%	0,01%	0,62	0,03%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	- %	- %	-	- %	- %
Auxílio creche	-	- %	- %	-	- %	- %
Participação nos resultados	2,78	0,12%	0,03%	2,80	0,13%	0,03%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	- %	- %	-	- %	- %
Vale-transporte	2,46	0,11%	0,02%	2,46	0,12%	0,02%
Total	632,33	27,83%	5,75%	697,33	32,62%	6,82%
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	-	- %	- %	-	- %	- %
Cultura	-	- %	- %	-	- %	- %
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	- %	- %	-	- %	- %
Habitação - Reassentamento de famílias	-	- %	- %	-	- %	- %
Esporte e lazer	-	- %	- %	-	- %	- %
Doações e contribuições	25,89	5,05%	0,24%	18,73	7,40%	0,18%
Total de contribuições para a sociedade	-	- %	- %	-	- %	- %
Tributos - excluídos encargos sociais	3.228,76	629,46%	29,37%	4.192,50	1657,39%	41,02%
Total	3.254,65	634,51%	29,60%	4.211,23	1664,80%	41,20%
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	-	- %	- %	-	- %	- %
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	- %	- %	-	- %	- %
Relacionamento com a operação da empresa	-	- %	- %	-	- %	- %
Programa Social de Eletricidade Rural	-	- %	- %	-	- %	- %
Rede Compacta ou Linha Verde	-	- %	- %	-	- %	- %
Programa de Eletrificação para População Carente (PEE)	-	- %	- %	-	- %	- %
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (P&D)	6,02	1,17%	0,05%	2,16	0,86%	0,02%
Museu Ecológico	-	- %	- %	-	- %	- %
Universidade Livre do Meio Ambiente	-	- %	- %	-	- %	- %
Programas especiais / Projetos externos	-	- %	- %	-	- %	- %
Material de Expediente Ecologico	1,37	0,27%	0,01%	2,11	0,83%	0,02%
Total	7,39	1,44%	0,07%	4,27	1,69%	0,04%

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	15	15
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	5	5
2o grau	9	8
1o grau	1	2
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	2	1
De 30 até 45 anos (exclusive)	7	8
Acima de 45 anos	6	6
Admissões durante o período	-	-
Mulheres que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao no total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao no total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de gerentes	-	-
Portadores de deficiência física	-	-
Dependentes	11	13
Estagiários	-	-
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022	2021
	R\$ mil	R\$ Mil
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	12,77	12,38
Maior Remuneração	18,44	15,78
Menor Remuneração	1,44	1,27
Acidentes de trabalho	-	-

31 - Análise Econômica Financeira

31.1 - Informações Gerais

Receita Anual: A Receita Operacional de Distribuição no exercício de 2022 foi de R\$/MIL 10.993,70 e no exercício de 2021 foi de R\$/MIL 10221,58.

Número de Consumidores: O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 foi de 3893, já em 2021 foi de 3853 consumidores.

Despesas com Pessoal: As despesas com pessoal decorrente do Exercício de 2022 foi de R\$/Mil 1761,04 e no Exercício de 2021 foi de R\$/Mil 1676,87.

Despesas Administrativas e Gerais: As Despesas Administrativas e Gerais no Exercício de 2022 foi de R\$/Mil 1504,14 e no Exercício de 2021 foi de R\$/Mil 1076,35

Despesas Financeiras: As Despesas Financeiras no exercício de 2022, importaram em R\$/Mil (98,49) e, no Exercício de 2021 foram de R\$/Mil (40,98);

Receitas Financeiras: As Receitas Financeiras no exercício de 2022, importaram em R\$/Mil 202,84 e, no Exercício de 2021 foram de R\$/Mil 195,61.

31.2 - Análise Econômico-Financeira

COEFICIENTES		FÓRMULA	UNIDADE	2022	2021
1. LIQUIDEZ					
	Corrente ou Comum	AC/PC	R\$	1,07	1,03
	Seca	(AC-E)/PC	R\$	1,06	1,03
	Absoluta	AD/PC	R\$	0,13	0,24
	Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	1,61	1,63
2. LUCRATIVIDADE					
	Bruta s/ Vendas	(LB/VB) x 100	%	3,85	2,45
	Operacional s/ Vendas	(LO/VB) x 100	%	3,20	1,52
	Líquida s/ Vendas	(LL/VB) x 100	%	0,01	0,02
	Líquida s/ Capital	(LL/CS) x 100	%	0,16	0,25
	Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL/PL) x 100	%	5,99	11,42
3. RENTABILIDADE					
	Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL/AT) x 100	%	2,27	4,42
4. ENDIVIDAMENTO					
	Recursos de terceiros no Investimento	[(PC+ELP-ADC)/AT] x 100	%	62,09	61,26
	Recursos Próprios no Investimento	[(PL+REF+ADC)/AT] x 100	%	37,91	38,74
5. INVESTIMENTOS					
	Capital Fixo Aplicado	(AP/AT) x 100	%	-	-
	Capital de Risco Aplicado	[(AC+RLP)/AT] x 100	%	61,16	56,64
6. GARANTIAS					
	Reais s/ Capital	(IM/CS) x 100	%	-	-
	Totais s/ Capital	(AP/CS) x 100	%	-	-
7. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO					
		(AC-PC)/1.000	R\$	0,27	0,10

DADOS BÁSICOS E SIGLAS PARA ANÁLISE ACIMA

AC	ATIVO CIRCULANTE	PC	PASSIVO CIRCULANTE
AD	ATIVO DISPONÍVEL	ELP	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
E	ESTOQUE	REF	RESULT.EXERC. FUTUROS
RLP	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	PL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AP	ATIVO PERMANENTE	CS	CAPITAL INTEGRALIZADO
AT	ATIVO TOTAL	ADC	ADTO.P/AUMENTO CAPITAL
IM	IMOBILIZADO EM SERVIÇO	VB	VENDAS BRUTAS
LB	LUCRO BRUTO	DEP	DESP. EQUIV. PATRIMONAL
LO	LUCRO OPERACIONAL	REP	RECEITAS EQUIV. PATRIM.
LL	LUCRO LÍQUIDO	DD	DESP. DEPRECIAÇÃO
CMB	CORR. MONET. BALANÇO	LE	LL+DEP+REP+DD+/-CMB

Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

32 - Créditos e Débitos Fiscais

Encerramos o exercício somente controlando os impostos antecipados e compensáveis na declaração. Com relação ao ICMS, controlamos a parcela compensável em 48 avos sobre bens imobilizados, no Circulante e no Não Circulante, onde podemos destacar seu saldo, conforme segue:

	2022		2021	
	CP	LP	CP	LP
ICMS SOBRE AIS	17,62	20,78	14,23	18,93

Demais impostos antecipados para futura compensação

	2022	2021
IR	122,46	3,05
CSLL	49,51	1,99
PIS	574,00	0,54
COFINS	779,91	2,64
ICMS	0,78	0,78
Total	1.526,66	9,00

Em nosso Passivo somente consta os vincendos, conforme segue:

	2022	2021
IR	144,01	23,41
CSLL	60,48	13,16
PIS	581,41	10,84
COFINS	813,86	49,93
ICMS	170,17	502,80
ISS	0,00	0,24
INSS	72,26	69,50
FGTS	23,30	22,24
IRPF	0,20	0,26
PIS/COFINS/CSLL	0,70	0,85
PARCELAMENTO DE ICMS A CURTO PRAZO	144,97	156,55
Total	2.011,36	849,77

33 - Informações de Natureza Social e Ambiental

Apesar da João Cesa ter seu atendimento quase que totalmente em zona urbana, ao instalar Linhas e Redes, procura sempre evitar degradação de árvores e do meio ambiente, usando sempre que possível redes multiplexadas. Adicionalmente, editamos anualmente o Relatório Social, presente neste balanço como "Nota Explicativa", afim de disponibilizar e demonstrar as ações efetuadas por nossa Empresa e, através dele, poder planejar novas ações para o exercício que se inicia. Informamos, também, não possuir Passivo Ambiental em 2021 e 2022.

34 - Energia Livre

No Exercício de 2021 e 2022 a Empresa Força e Luz João Cesa não operou compra de energia no Mercado Livre de Energia. Como agente ativo na CCEE conectou 1 acessante Consumidor Livre Especial durante esse exercício.

35 - ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de Santa Catarina, por meio do RIC/ICMS - Anexo 2 - Benefícios Fiscais, em seu capítulo 1, seção 1, Artigo 1º inciso XXIII, que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que dentro do Estado de Santa Catarina não haja incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores.

36 - Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

No reajuste tarifário de 2022 não houve diferimento tarifário quando da publicação da Tarifa Homologada para o ciclo 2022/2023.

37 - Revisão Tarifária Periódica – Terceiro Ciclo - Fato Relevante

Em 24/08/2021 nossa Empresa encerrou o seu Quinto Ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.923, de 24/08/2021, que entrou em vigor em 29/08/2021. O índice de reposicionamento foi: 9,76% referente à Parcela A + Parcela B, e de 2,14% quanto aos "componentes financeiros".

Gerando assim um reposicionamento de 11,90% (A + B + Componentes Financeiros). O Componente Pd e T do Fator X foi fixado em 0,92% e (2,61) %. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2021 a 2026 foi definido em 4,055% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 0,722% para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

38- Ganhos Contingentes

A João Cesa não obteve nenhum ganho contingente durante os Exercícios de 2021 e 2022.

39 - Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.923, de 24 de agosto de 2021, se atualizadas pelo IPCA aplicado à Parcela B (líquido do fator x e do IDEROR) assim figurariam:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$/MIL				
	"REVISÃO 08/2021"	«REVISÃO 08/2022"	«REVISÃO 08/2023"	«REVISÃO 08/2024"	«REVISÃO 08/2025"
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	5.148,11	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28
b) (-) Depreciação Acumulada	(2.315,51)	(2.552,61)	(2.552,61)	(2.552,61)	(2.552,61)
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	(251,12)	(276,83)	(276,83)	(276,83)	(276,83)
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	2.581,49	2.845,83	2.845,83	2.845,83	2.845,83
e) (+) Almoxarifado	12,90	14,22	14,22	14,22	14,22
f) = Investimento Remunerável (B. Remuneração)	2.832,61	2.860,05	2.860,05	2.860,05	2.860,05
g) Remuneração Obrigações Especiais	(9,14)	(10,08)			
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	2.823,47	2.849,98	2.860,05	2.860,05	2.860,05
i) Bens 100% depreciados	837,32	923,06	923,06	923,06	923,06
j) Variação do IPCA (líquido fator X)					
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 3,84%	153,37	169,08	169,08	169,08	169,08
		10,24%	0,00%	0,00%	0,00%

40 - Reajuste Tarifário

Nos meses de janeiro à julho/2022, nossa tarifa foi norteadada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 2.923/2021. No dia 23/08/2022 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2022/2023, com vigência a partir de 29/08/2022, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 3.103/2022.

A presente Resolução, atualizou a nossa "Parcela B" que havia sido fixada no último ciclo de Revisão Tarifária Periódica, conforme determinado pelo PRORET sub módulo 2.2, aprovado pela REN 660 de 28/04/2015.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados a nossa Empresa.

O reajuste real total foi de 8,63%, porém, gerou aos consumidores um efeito médio de 5,54%. Este reajuste vigorará até 28/08/2023.

41 - Fusões, Cisões e Incorporações

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa, é totalmente originado da integralização realizada por seus sócios cotistas, não havendo nenhum tipo de Fusão, Cisão, ou incorporação a ser relatada.

42 - Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da EFLJCL vinculados a seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, e, determinou sua complementação através dos Laudos de Avaliação aprovados nas Revisões Tarifárias Periódica de 2016 e 2021.

43 - Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$/Mil 776,09 da LAJIDA/EBTIDA/SOCIETÁRIO do exercício contábil de 2022, foram utilizadas as seguintes contas::

	2022	2021
Lucro/Prejuízo Líquido	412,79	260,20
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,04
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	204,50	147,39
Depreciação e Amortização	158,80	116,32
	776,09	523,94

44 - Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, segue abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2022

Descri�o	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos					
Ativo circulante	4.335,93	-	4.335,93	-	4.335,93
Caixa e equivalentes de caixa	531,39	-	531,39	-	531,39
Consumidores	1.131,91	-	1.131,91	-	1.131,91
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	8,00	-	8,00	-	8,00
Tributos compensáveis	1.544,28	-	1.544,28	-	1.544,28
Depósitos judiciais e cau�es	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional	13,86	-	13,86	-	13,86
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	928,07	-	928,07	-	928,07
Despesas pagas antecipadamente	22,03	-	22,03	-	22,03
Ativos de opera�o descontinuada e bens destinados à aliena�o	14,19	-	14,19	-	14,19
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	142,20	-	142,20	-	142,20
Ativo não circulante	4.708,67	(1.954,55)	2.754,12	-	2.754,12
Consumidores	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	20,78	-	20,78	-	20,78
Depósitos judiciais e cau�es	3,37	-	3,37	-	3,37
Investimentos temporários	9,32	-	9,32	-	9,32
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	170,83	170,83	(170,83)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	4.608,32	(4.608,32)	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	2.654,04	2.654,04
Intangível	66,88	2.482,94	2.549,82	(2.483,21)	66,61
Total do ativo	9.044,60	(1.954,55)	7.090,05	-	7.090,05

Passivo	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Passivo circulante	4.061,88	-	4.061,88	-	4.061,88
Fornecedores	1.008,63	-	1.008,63	-	1.008,63
Empréstimos, financiamentos e debêntures	73,24	-	73,24	-	73,24
Obrigações sociais e trabalhistas	180,76	-	180,76	-	180,76
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	2.011,38	-	2.011,38	-	2.011,38
Provisão para litígios	211,82	-	211,82	-	211,82
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	217,58	-	217,58	-	217,58
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	138,38	-	138,38	-	138,38
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	220,09	-	220,09	-	220,09
Passivo não circulante	371,30	(31,11)	340,19	-	340,19
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	7,04	-	7,04	-	7,04
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	364,26	(31,11)	333,15	-	333,15
Total do passivo	4.433,18	(31,11)	4.402,07	-	4.402,07
Patrimônio líquido					
Capital social	1.022,73	-	1.022,73	-	1.022,73
Reservas de capital	(523,71)	511,05	(12,66)	-	(12,66)
Outros resultados abrangentes	1.923,43	(1.923,43)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.188,97	(511,06)	1.677,91	-	1.677,91
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	-	-	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	-	-	-	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	4.611,42	(1.923,44)	2.687,98	-	2.687,98
Total do passivo e do patrimônio líquido	9.044,60	(1.954,55)	7.090,05	-	7.090,05

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2022

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		15.987,97	44,00	16.031,97	(44,00)	15.987,97
Fornecimento de energia elétrica		6.605,87	-	6.605,87	-	6.605,87
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		6.348,02	-	6.348,02	-	6.348,02
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		530,34	-	530,34	-	530,34
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		23,53	-	23,53	-	23,53
Serviços cobráveis		2.987,23	-	2.987,23	-	2.987,23
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		(507,02)	44,00	(463,02)	(44,00)	(507,02)
Tributos		(3.217,83)	-	(3.217,83)	-	(3.217,83)
ICMS		(2.590,61)	-	(2.590,61)	-	(2.590,61)
PIS-PASEP		(110,49)	-	(110,49)	-	(110,49)
Cofins		(516,73)	-	(516,73)	-	(516,73)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.820,44)	-	(1.820,44)	-	(1.820,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(54,84)	-	(54,84)	-	(54,84)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(54,92)	-	(54,92)	-	(54,92)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(1.693,56)	-	(1.693,56)	-	(1.693,56)
Taxa de fiscalização		(17,12)	-	(17,12)	-	(17,12)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		-	-	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido		10.949,70	44,00	10.993,70	(44,00)	10.949,70
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(7.582,66)	-	(7.582,66)	-	(7.582,66)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.047,31)	-	(5.047,31)	-	(5.047,31)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(282,49)	-	(282,49)	-	(282,49)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(2.252,86)	-	(2.252,86)	-	(2.252,86)
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.367,04	44,00	3.411,04	(44,00)	3.367,04
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(3.014,99)	116,90	(2.898,09)	98,75	(2.799,34)
Pessoal e administradores (inclui 399,19 de remuneração a administradores)		(2.272,44)	-	(2.272,44)	-	(2.272,44)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(157,23)	-	(157,23)	-	(157,23)
Serviços de terceiros		(338,26)	-	(338,26)	-	(338,26)
Arrendamento e alugueis		(0,27)	-	(0,27)	-	(0,27)
Seguros		(2,51)	-	(2,51)	-	(2,51)
Doações, contribuições e subvenções		(25,89)	-	(25,89)	-	(25,89)
Provisões		(54,60)	-	(54,60)	54,60	-
(-) Recuperação de despesas		15,94	-	15,94	-	15,94
Tributos		(10,93)	-	(10,93)	-	(10,93)
Depreciação e amortização		(319,69)	160,90	(158,79)	-	(158,79)
Gastos diversos da atividade vinculada		(151,28)	(44,00)	(195,28)	44,15	(151,13)
Despesas de Construção		-	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais		340,92	-	340,92	-	340,92
Outras Gastos Operacionais		(38,75)	-	(38,75)	-	(38,75)

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Resultado da Atividade		352,05	160,90	512,95	54,75	567,70
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		104,35	-	104,35	-	104,35
Despesas financeiras		(98,49)	-	(98,49)	-	(98,49)
Receitas financeiras		202,84	-	202,84	-	202,84
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		456,40	160,90	617,30	54,75	672,05
Despesa com impostos sobre os lucros		(204,50)	-	(204,50)	-	(204,50)
Resultado líquido das operações em continuidade		251,90	160,90	412,80	54,75	467,55
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		251,90	160,90	412,80	54,75	467,55
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		198,40	126,72	325,12	43,12	368,24
Acionistas não controladores		53,50	34,18	87,68	11,63	99,31
Lucro por ação		0,25	0,16	0,41	0,05	0,47
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,25	0,16	0,41	0,05	0,47
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2022

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	"Recursos destinados a aumento de capital"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.022,73	99,83	-	-	968,98	-	2.091,54
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	260,20	-	260,20
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	(72,80)	-	(72,80)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	(12,68)	-	-	12,68	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.022,73	87,15	-	-	1.169,06	-	2.278,94
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	412,80	-	412,80
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	(3,75)	-	(3,75)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	(99,79)	-	-	99,79	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.022,73	(12,64)	-	-	1.677,90	-	2.687,99

45 - Quotas da CDE repassadas as distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobras

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a EFLJCL realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2022 o saldo de (42,61) R\$/Mil recebido a maior, conforme segue:

	2021	2022			"A receber/ A pagar"
	A receber/ A pagar	Realizado	Recebido	AJUSTES	
SUBVENÇÃO CARGA CONSUMIDORES LIVRES- ESPECIAIS	65,21	606,00	(607,84)	14,22	77,59
SUBVENÇÃO RURAL	0,34	0,83	(1,06)	(0,15)	(0,04)
SUBVENÇÃO LEI 14.299	-	1.211,01	(1.330,45)	(17,66)	(137,10)
DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA - DMR (RESIDENCIAL BX. RENDA)	36,04 0,58	106,43 0,72	(125,73) (0,70)	- (0,40)	16,74 0,20
SUBVENÇÃO - SERVIÇO PUBLICO	102,17	1.924,99	(2.065,78)	(3,99)	(42,61)
TOTAL					

46 - Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Conta	Descrição	2021	Movimentação	2022
2223.3.01.02.00.0.001	Participação Financeira do Consumidor - Até Dez/2015	(7,97)	(0,00)	(7,97)
	Sub total	(7,97)	(0,00)	(7,97)
2223.3.01.05.00.0.001	Software - Neo Domino -P&D - Projeto Localização de Faltas - Até Dez/2015	(41,48)	-	(41,48)
2223.3.01.05.00.0.002	Software - Projeto Localização de Faltas - Dez/2021	(85,04)	-	(85,04)
	Sub total	(126,52)	-	(126,52)
2223.3.01.99.00.0.002	Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016	(69,37)	-	(69,37)
2223.3.01.99.00.0.003	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016	(42,87)	-	(42,87)
2223.3.01.99.00.0.004	Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021	(61,22)	-	(61,22)
2223.3.01.99.00.0.005	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021	(64,78)	-	(64,78)
2223.3.01.99.00.0.006	Receita de Excedente de Reativo - Mar/2016 a Dez/2016	-	(10,79)	(10,79)
2223.3.01.99.00.0.007	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 a Dez/2016	-	(5,44)	(5,44)
	Sub total	(238,25)	(16,23)	(254,48)
2223.3.01	Total	(161,69)	(16,23)	(388,97)
2223.3.02.02.00.0.001	(-) Depreciação Participação Financeira Consumidor - Até Dez/2015	4,38	0,30	4,68
	Sub total	4,38	0,30	4,68
2223.3.02.05.00.0.001	(-) D.A - Software - P&D - Neo Domino - Até Dez/2015	11,93	1,58	13,51
2223.3.02.05.00.0.003	(-) D.A Projeto P&D - Localização de Perdas - Dez/2021	0,27	3,25	3,52
	Sub total	12,20	4,83	17,03
2223.3.02.99.00.0.002	(-) DA - Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016	14,16	2,65	16,81
2223.3.02.99.00.0.003	(-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016	8,75	1,64	10,39
2223.3.02.99.00.0.004	(-) DA - Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021	0,72	2,34	3,06
2223.3.02.99.00.0.005	(-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021	0,76	2,47	3,23
2223.3.02.99.00.0.006	(-) DA - Receita de Excedente de Reativo - Mar/2016 a Dez/2016	-	0,41	0,41
2223.3.02.99.00.0.007	(-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 a Dez/2016	-	0,21	0,21
2223.3.02	Sub total	24,39	9,72	34,11
	Total	40,97	14,85	55,82

47 - FATO RELEVANTE – NOVO MARCO REGULATÓRIO DO GD

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída pelo Sistema de Compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa Empresa, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas.

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a Distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da Empresa, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras. Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

48– Lei de Proteção dos Dados - LGPD

Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa Empresa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis. Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa Empresa, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, revisamos todos os contratos com usuários, funcionários e parceiros e criamos termos de consentimento, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

49 – Formação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrante destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 20/04/2023 pela Diretoria Executiva conforme o Contrato Social da Empresa, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, às Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ Reais/Mil com duas casas decimais.

EDSON DE SILVESTRE

Diretor Administrativo
CPF nº 024.589.159-57

SEDNIR CESA

Diretor Financeiro
CPF nº 298.507.039-20

DEIVISON JUVINO DE SOUSA E SILVA

CRC: SP-299368/O
CPF: 389.805.048-37

DAVID ROGER KESTERING

Coordenador Departamento Contábil
CPF: 063.668.609-47

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores da
EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA
Siderópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 13 de abril de 2023.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7 SC

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012 SC



João Cesa
Energia para a vida

2022

Relatório Anual
(Regulatório)

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Sócios Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta da Diretoria

Mais um ano se passou e é com muito orgulho e satisfação que informamos que a JOÃO CESA, completou 75 anos de história no município de Siderópolis – SC.

Atuando com muito carinho, dedicação, zelo, e responsabilidade, alcançamos o sucesso planejado, coroado aos olhos de todos, com a conquista de muitos agradecimentos e premiações. Em um ano lavrado de muita insegurança política conseguimos honrar nossos compromissos com muito êxito, alcançando no final deste exercício, se manter entre as melhores concessionárias de distribuição de energia elétrica de pequeno porte do Brasil, nas avaliações feitas pelo órgão regulador.

Isso faz enxergar que estamos no caminho certo, procurando sempre exercer com dedicação nossa vocação em servir bem o consumidor Sideropolitano.

Demonstraremos neste relatório do exercício de 2022, a publicação de prestação de contas aos Senhores Sócios, à Agência Reguladora e demais interessados. Um ano de muita reorganização intersetores ao qual alavancou um profissionalismo estrutural de cada um, investimos em novos programas de qualidade e na melhoria da rede de energia elétrica, medição e proteção.

Nosso negócio está baseado no compromisso de desempenho com integridade. Esta é a herança sobre a qual nossa Empresa foi construída e é a base sobre a qual continuaremos a ampliar nosso negócio no município de Siderópolis. Devemos manter os mais elevados padrões de conduta ética em todas as atividades e em todos os locais em que realizemos manutenção. Agindo dessa maneira, continuaremos a conquistar a confiança de nossos clientes, parceiros de negócios e comunidades, que nos ajudarão no progresso da Empresa. Lembramos, também, o nosso foco em nossos colaboradores, principal patrimônio da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Neste cenário, estamos fechando o exercício de 2022, e, apresentamos o relatório de administração societário e regulatório que objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, informar com qualidade, clareza e transparência os acontecimentos e resultados deste exercício.

Dito isto, agradecemos à DEUS, aos Sócios(as), aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Consultores, Auditores e Clientes. Boa leitura!

EDSON DE SILVESTRE
Diretor Administrativo

SEDNIR CESA
Diretor Financeiro

Carta do Departamento Técnico

No ano de 2022 marcado pelo fim da pandemia, conseguimos manter a estratégia de alocação eficiente de recursos humanos e financeiros, o que nos possibilitou concluir o ano com indicadores de continuidade entre os melhores do Brasil.

Investimentos na Rede de Distribuição

Em 2022 foram investidos 362 R\$/mil na rede de distribuição de energia elétrica, sendo 122 R\$/mil na expansão da rede, 115 R\$/mil na renovação de ativos e 125 R\$/mil em equipamentos de medição.

Dentre as principais obras realizadas, destaca-se a melhoria de 0,35 km de rede de baixa tensão na Rua João Cesa e a renovação da rede de baixa tensão no bairro Rio Fiorita.

Qualidade do Fornecimento

No ano de 2022 a EFLJC manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade, e, também, ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são de 9 horas para o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e 7 interrupções para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Programa de Eficiência Energética

Não foi realizado nenhum programa de PEE em 2022

Base de Dados Geográfica da Distribuição

A EFLJC entregou em julho de 2022 a Base de Dados Geográfica da Distribuição - BDGD, com data-base 31/12/2021, obtendo o protocolo de validação e envio "BDGD 88_2020-12-31_M10_20210615-1450".

Neste sentido, apresentamos com satisfação os resultados operacionais no presente relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.

EMERSON JOSÉ MENDES SILVA
Engenheiro

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA - EFLJCL, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Sócios Cotistas a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Neste exercício, pudemos acompanhar, registrar adequadamente a retomada do crescimento pós pandemia e início da guerra, e, a dificuldade dos desafios eleitorais políticos em nosso País. Registramos, também, os novos projetos e execução dos mesmos, observando a abertura e finalização de cada Ordem em Curso, o que proporciona à Empresa, a clara demonstração ao Órgão Regulador de que a JOÃO CESA segue firme e equilibrada, oferecendo a cada ano mais qualidade e continuidade na distribuição de energia elétrica, e, transparência em sua administração.

Neste contexto, todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL, e, disponibilizado através do canal de divulgação em nosso sítio eletrônico, para que todos os que desejarem, possam verificar o equilíbrio econômico e financeiro de nossa Concessionária.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a ANEEL tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados, foram enviados tempestivamente e aprovados na pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos também, têm sido enviados dentro do prazo legal.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Sócios que na sequência se encontram todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a possibilitar o conhecimento dos resultados e dar todas as condições para V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

DAVID ROGER KESTERING
Coordenador Departamento Contábil

DEIVISON JUVINO DE SOUSA E SILVA
Contador
CRC Nº: SP-299368/O

Cenário

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 75 anos de existência.

Durante o exercício de 2022 nossa Empresa demonstrou solidez no que tange o consumo de Energia Elétrica. Auferimos assim, um pequeno aumento em nosso número de consumidores na ordem de 1,04%. Com relação ao mercado atendido, obteve-se uma diminuição similar, na ordem de (3,06) %. A classe Comercial teve uma diminuição de (0,32) %, seguidas pela classe Industrial em (17,06) %, Rural em (12,70) %, iluminação pública em (0,20) % e Serviço Público em (25,33) %.

A classe Residencial teve um aumento de 1,06% e a classe Poder Público um aumento de 13,81%.

Já com relação a utilização de nossas redes por consumidores que adquirem Energia no Mercado Livre, houve nesse exercício, um aumento na ordem de 21,73 %.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A João Cesa distribui energia elétrica para parte do Município de Siderópolis – SC, não atendendo a nenhum consumidor livre fora de sua área de Concessão. Conecta, contudo, 3 Consumidores Não cativos (livres especiais), ou seja, que operam no Mercado Livre de Energia Elétrica, sendo 2 deles Industriais e 1 Comercial.

Ligação de consumidores - Foram realizadas no ano, 40 novas ligações, sendo, 32 Residenciais, 9 Comerciais, (-2) Industriais, e, 1 Poder Público. Nosso atendimento totalizou 3.887 consumidores (3.890 com os Consumidores Livres), base dezembro de 2022, apresentando um crescimento de 1,04% em relação a 2021.

Número de Consumidores

Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	3.168	3.237	3.294	3.310	3.342
Comercial	379	392	391	397	406
Industrial	79	79	86	81	79
Rural	4	4	4	4	4
Poderes Públicos	51	53	53	53	54
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	-	-	1	1	1
Total	3.682	3.766	3.830	3.847	3.887
Variação	0,93%	2,28%	1,70%	0,44%	1,04%
Consumidor Livre (especial)	2	2	2	3	3
Total Geral	3.684	3.768	3.832	3.850	3.890

O consumo de Energia Elétrica na área de atuação da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, no ano 2022, foi de 22.181,51 megawatts-hora. Tendo apresentado um leve aumento 3,56% em relação a 2021, analisado juntamente com a conexão dos clientes que operam no mercado livre de energia. O consumo faturado foi na ordem de 15.530,09 megawatts-hora, apresentando uma diminuição de (2,48) %.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

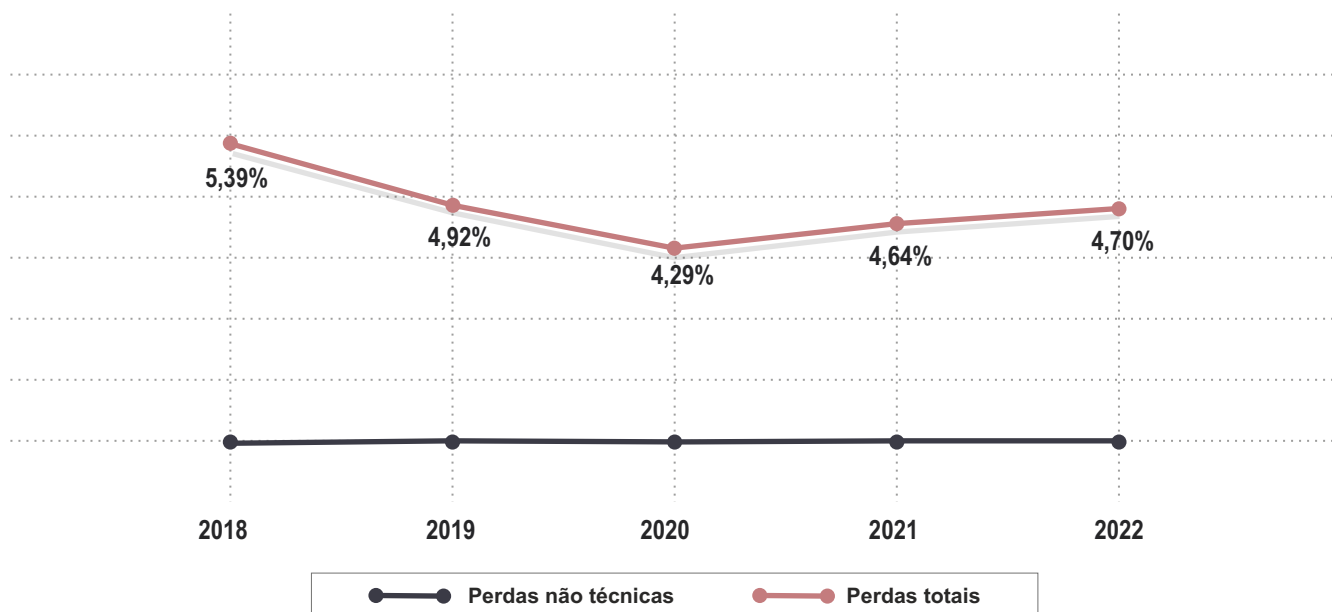
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	13.209,23	13.832,04	14.937,82	14.998,47	14.539,44
Fornecimento	13.209,23	13.832,04	14.937,82	14.998,47	14.539,44
Residencial	6.787,78	6.927,01	7.301,47	7.307,56	7.385,27
Comercial	2.826,26	2.878,50	3.301,25	3.397,04	3.386,24
Industrial	2.434,01	3.012,01	3.472,25	3.436,12	2.849,77
Rural	12,87	11,42	11,67	12,13	10,59
Poderes Públicos	529,27	523,56	449,98	476,32	542,09
Iluminação Pública	619,04	479,55	393,78	357,10	356,37
Serviço Público	-	-	7,42	12,20	9,11
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	4.202,15	4.576,70	5.687,01	5.463,86	6.651,42
Consumidores Livres/Dist./Ger.	4.202,15	4.576,70	5.687,01	5.463,86	6.651,42
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	17.411,38	18.408,74	20.624,83	20.462,33	21.190,86
Variação	1,33%	5,73%	12,04%	(0,79)%	3,56%

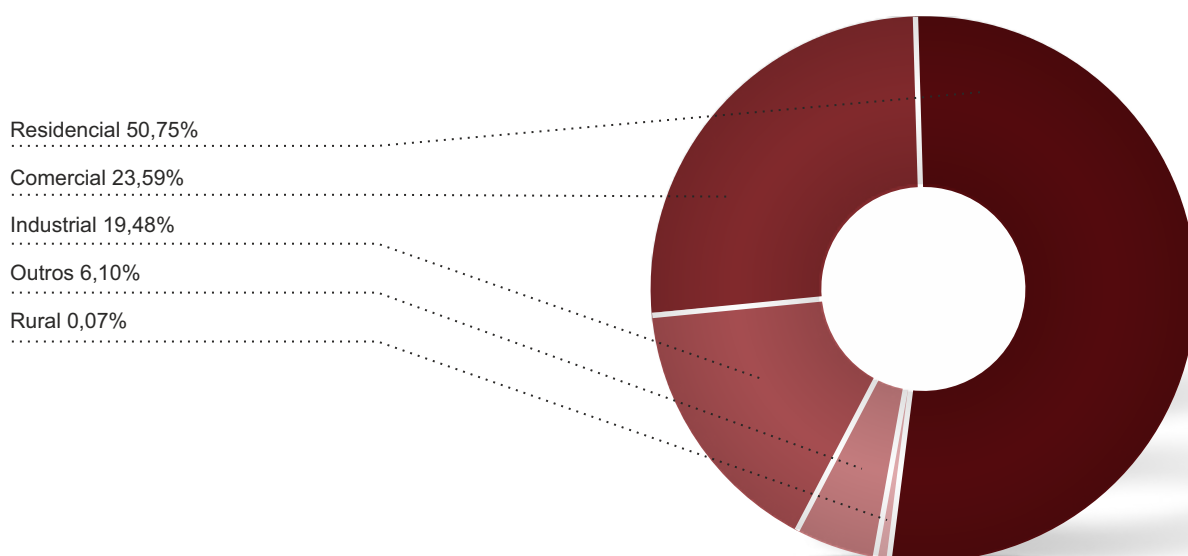
Balço Energético

Energia Requerida	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	13.105,88	13.933,63	15.270,27	15.924,60	15.530,09
Fornecimento	13.105,88	13.933,63	15.270,27	15.924,60	15.530,09
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	4.253,32	4.634,16	5.693,38	5.463,86	6.651,41
GD - Geração de Compensação	-	-	-	(173,29)	(396,77)
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	17.359,19	18.567,78	20.963,65	21.215,16	21.784,73
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	989,08	960,85	938,96	1.033,44	1.074,71
Perdas Técnicas	989,08	960,85	938,96	1.033,44	1.074,71
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	989,08	960,85	938,96	1.033,44	1.074,71
PT / Energia Requerida %	5,39%	4,92%	4,29%	4,64%	4,70%
Total	18.348,28	19.528,64	21.902,61	22.248,60	22.859,44

PERDAS NÃO TÉCNICAS E TOTAIS



Consumo por Classe de Consumidores

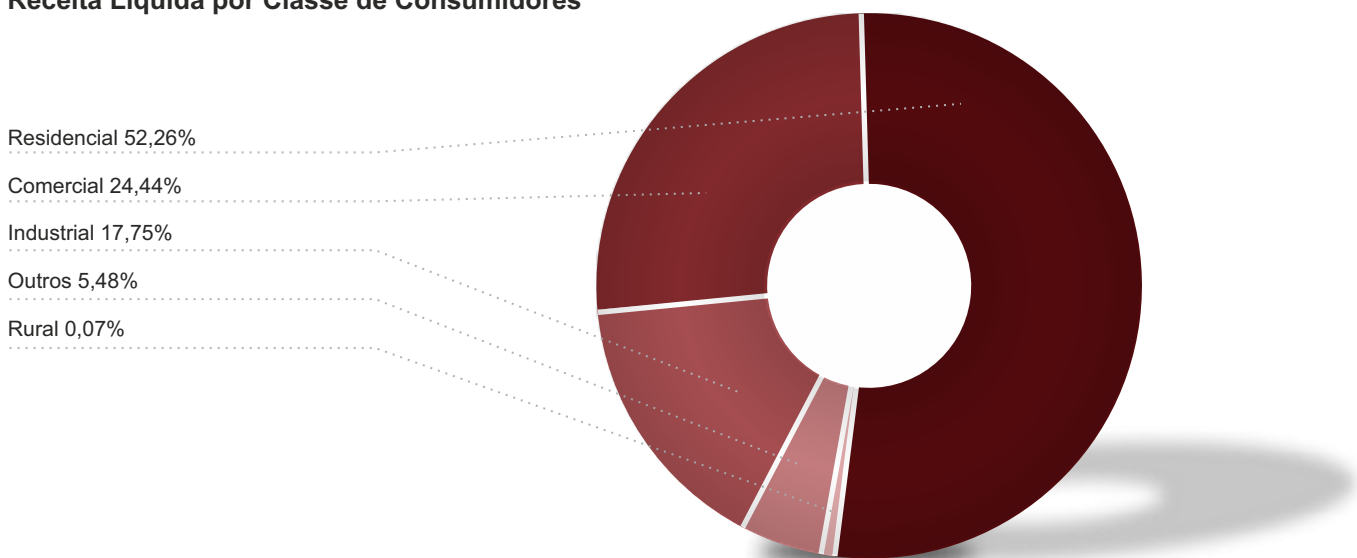


Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 7.588,02 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2022	2021
Residencial	3.965,65	4.662,59
Comercial	1.854,47	2.115,40
Industrial	1.347,01	1.709,83
Rural	5,35	6,73
Outros	415,54	452,91
Poderes Públicos	302,85	313,40
Iluminação Pública	107,59	131,42
Serviço Público	5,10	8,09
Total	7.588,02	8.947,45

Receita Líquida por Classe de Consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2022, apresentou um crescimento de 1,04% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2022	2021	Var %
Residencial	3.342	3.310	0,97%
Comercial	406	397	2,27%
Industrial	79	81	(2,47)%
Rural	4	4	0,00%
Outros	59	58	1,72%
Poderes Públicos	54	53	1,89%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	1	1	0,00%
Consumo Próprio	3	3	0,00%
Acessantes	3	3	
Livres Especiais	3	3	0,00%
Total	3.893	3.853	1,04%

Tarifas - A média da tarifa de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 521,93 /MWh, uma diminuição de (12,52) % com relação a dezembro de 2021. Por meio da Resolução Homologatória ANEEL N° 3.103 de 23 de agosto de 2022 a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda foi autorizada a aplicar sobre sua venda de Energia Elétrica, um reajuste

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	536,97
Comercial	547,65
Industrial	472,67
Rural	505,60
Outros	459,52

Tarifa Residencial Baixa Renda Por faixa de Consumo	Kwh 0 a 30	Kwh 31 a 80	Kwh 81 a 100	Kwh 101 a 220
Tarifas Brutas	0,158	0,270	0,270	0,405

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC(Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2018	1,56	1,77	0,56
2019	4,13	3,83	0,57
2020	2,48	3,76	0,50
2021	2,90	2,80	0,51
2022	2,24	1,92	0,63

No ano 2022 a Empresa Força e Luz João Cesa manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade e também ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são 9 horas para a DEC e 7 interrupções para a FEC.

Também, conseguimos manter o tempo médio de atendimento as emergências, que representa o tempo ocorrido entre o conhecimento da ocorrência por nossa equipe e a solução para o consumidor, em torno de 38 minutos, reforçando o nosso compromisso de atender o nosso consumidor o mais rápido possível.

Atendimento ao consumidor - A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios do Município de Siderópolis se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica. Efetua, assim, todos os atendimentos nos prazos legais e regulamentares.

Desempenho econômico-financeiro regulatório

Em 2022, o lucro líquido regulatório foi de R\$ 251,90 mil, contra um lucro de R\$ 193,26 mil em 2021. Diante de todos os desafios enfrentados no decorrer do ano, o resultado foi recebido com bons olhos pela Diretoria, que manteve suas ações afim de manter equacionado o fluxo de caixa, absorvendo sempre com capital próprio um investimento expressivo na Rede de Distribuição.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Regulatória, a Contabilidade Societária e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória.

A Contabilidade Societária representa os mesmos lançamentos da Contabilidade Regulatória, adicionados das transferências determinadas pelas normas do IFRS, dentro daquelas que foram permitidas pela Agência Reguladora. Gera o resultado oficial pelas normas brasileiras, e, é, portanto, aquele tratado como resultado oficial do exercício para seus sócios quotistas.

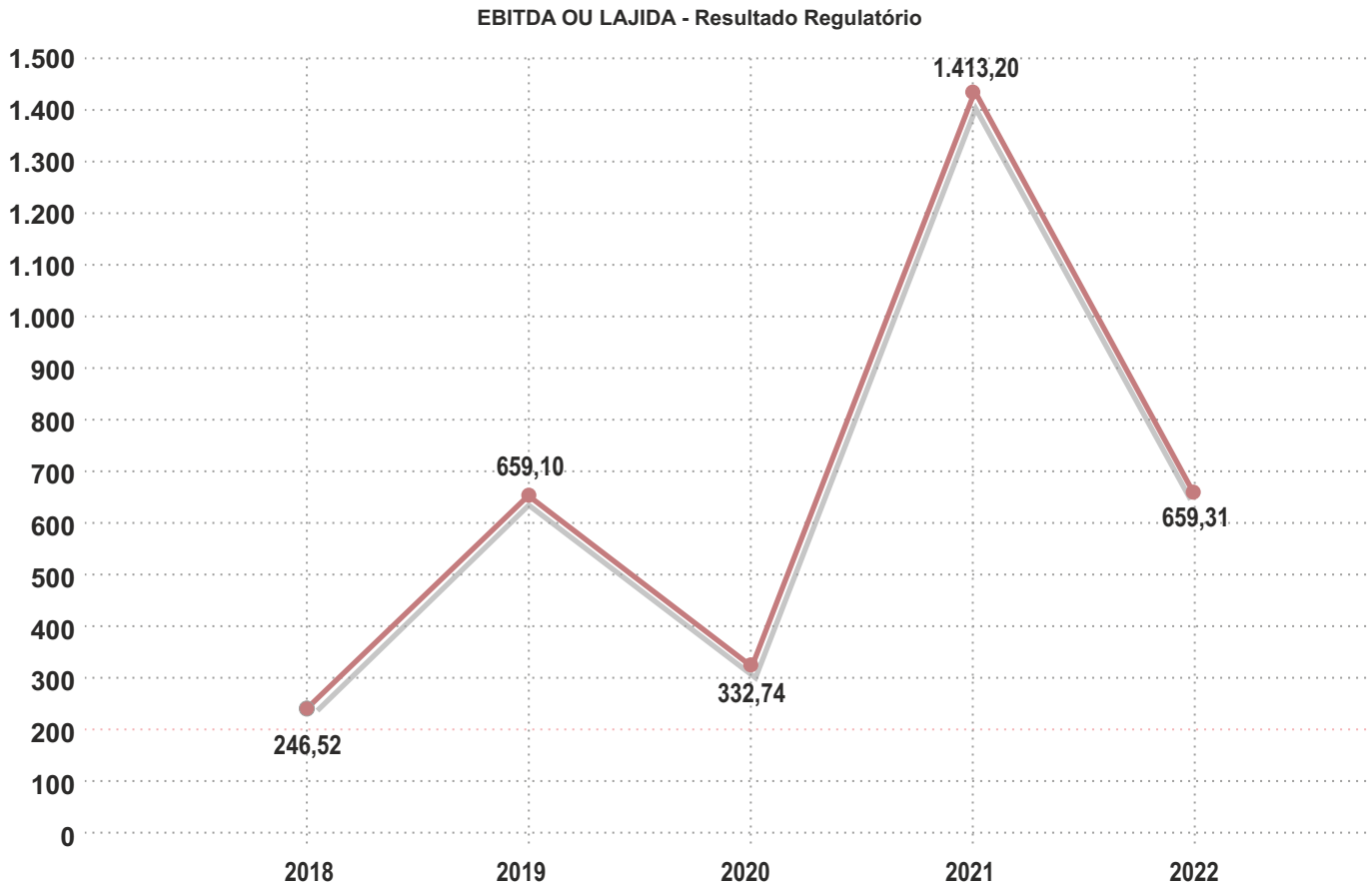
Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado líquido da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 412,80 mil
 RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 251,90 mil
 RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 467,56 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 10.949,70 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 10.012,40 mil.

As despesas operacionais societárias totalizaram em 2022 R\$ 10.899,81 mil, 8,33% superior em relação à 2021, sendo destaque deste montante os custos com: Energia comprada para revenda, que representa 69,57% do montante. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do Exercício foi de 5,46 % contra 4,40 % em 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo societário) foi de R\$ 659,31 mil, inferior em (46,65) % a 2021, que foi de R\$ 1.413,20 mil, conforme evolução abaixo:



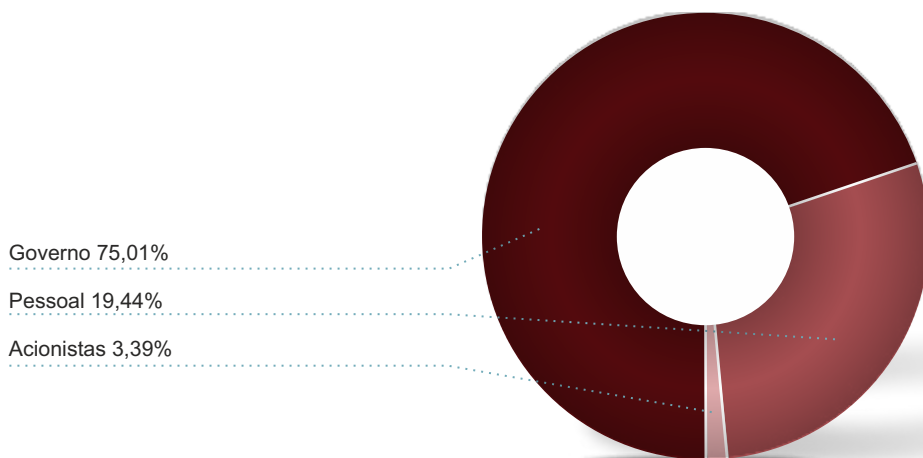
*A diferença entre 2021 e 2022, refere-se a mudança de metodologia de cálculo da ANEEL, onde a receita realizada é substituída pela parcela "B" publicada e atualizada.

Investimentos: Seguindo os investimentos realizados nos últimos 3 anos, o exercício de 2022 contou com investimentos de R\$ 370,37 mil, que representa uma diminuição de 26,82% em relação à 2021, onde frisamos que todos investimentos foram efetuados com capital próprio, em decorrência da eficiente gestão de fluxo de caixa por parte da Diretoria. A Empresa estima um investimento total de R\$ 951,21 mil nos próximos 4 (quatro) anos para essa mesma rubrica

Empresa	"Investimento (em R\$ Mil)"	Participação da Outorgada (em %)	Negócio
EFLJC	364,52	100,00%	LR
	5,85	100,00%	ADM
TOTAL	370,37	100,00%	

Captações de recursos: Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria.

Valor adicionado: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 7.268,49 mil, representando 44,58% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os sócios cotistas se reúnem e deliberam sobre a destinação dos lucros acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de abril de cada ano e tem contado, nos últimos anos, com a participação de mais de 80% do Capital Social da Empresa. Para o exercício 2022 foi aprovado dividendos aos Sócios Quotistas na ordem de 90,00 R\$/mil referente ao resultado do ano calendário 2021, cujos pagamentos ocorreram no início de 2023.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Empresa era de R\$ 1.022,73 R\$/mil, composto por 1.022,73 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos sócios cotistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Sócios Cotistas, independente de fazerem parte do Grupo Controlador ou não, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede em Siderópolis, preferencialmente após agendamento junto aos Diretores por telefone.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da JOÃO CESA vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Diretoria da Empresa têm se reunido com os Consultores e responsáveis por cada área, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o recebimento de prêmios de qualidade no atendimento ao seu consumidor.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Neste sentido, vale lembrar que atuamos num Setor totalmente Regulado, cujo órgão regulador, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, regulamenta e fiscaliza mensal, trimestral a anualmente todas as informações técnicas, comerciais, e, no caso do presente balanço, de forma ampla, o resultado econômico e financeiro da EFLJCL.

Para melhor conhecimento de todos, destacamos de forma resumida no quadro abaixo, o DRE SOCIETÁRIO RESUMIDO, conforme segue:

Demonstração do Resultado do Exercício Simplificado

	Consolidado	
	2022	2021
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	15.987,97	16.451,00
Tributos	(3.217,83)	(4.183,12)
Encargos - Parcela "A"	(1.820,44)	(2.255,75)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.949,70	10.012,14
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.582,66)	(6.989,86)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.367,04	3.022,28
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.014,99)	(2.836,25)
Resultado da Atividade	352,05	186,03
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	104,35	154,63
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	456,40	340,66
Despesa com impostos sobre os lucros	(204,50)	(147,39)
Resultado líquido das operações em continuidade	251,90	193,27
Operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	251,90	193,27
Lucro por ação	0,25	0,19

Gestão pela qualidade total: Em 2022, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos semanalmente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, periodicamente apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa recertificação ISO 9.001.

Recursos humanos: Em 2022 a JOÃO CESA investiu R\$ 2,36 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Na visão da JOÃO CESA, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia com um terço do valor da universidade de sua equipe.

Adicionalmente, a EFLJCL concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2022 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 116,51 mil; b) Auxílio médico R\$ 77,20 mil; c) Auxílio Transporte: R\$ 2,46 mil; d) Auxílio Odontológico R\$ 3,42 mil e, e) Seguro de Vida: R\$ 2,54 R\$ mil.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a JOÃO CESA vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Outorgada em números	2022	2021	%
Atendimento	-	-	
Número de consumidores	3.893	3.853	1,04 %
Número de empregados	15	15	-
Número de consumidores por empregado	260	257	1,04 %
Número de localidades atendidas	1	1	- %
Número de agências	1	1	- %
Número de postos de atendimento	1	1	- %
Número de postos de arrecadação	5	5	- %
Mercado			
Área de concessão (Km2)	263,00	263,00	- %
Geração própria (GWh)	-	-	- %
Demanda máxima (MWh/h)	5,55	5,08	9,25 %
Distribuição direta (GWh)	22,20	21,31	4,18 %
Consumo residencial médio (KWh/ano)	620.543	607.575	2,13 %
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	521,93	596,63	(12,52)%
Total (exceto curto prazo)	515,72	578,25	(10,81)%
Residencial	536,97	638,05	(15,84)%
Comercial	547,65	622,72	(12,06)%
Industrial	472,67	497,61	(5,01)%
Rural	505,60	554,64	(8,84)%
Suprimento	-	-	- %
DEC (horas)	2,24	2,90	(22,76)%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	14,00	14,00	-
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0,02	0,02	- %
FEC (número de interrupções)	1,92	2,80	(31,43)%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,02	0,02	- %
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	- %
Número de subestações	-	-	- %
Linhas de transmissão (Km)	-	-	- %
Linhas de distribuição (Km)	78,96	78,48	0,61 %
Capacidade instalada (MW)	14,84	13,90	6,76 %
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	15.987,97	16.451,00	(2,81)%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.949,70	10.012,14	9,36 %
Margem operacional do serviço líquida (%)	68,49%	60,86%	12,53 %
EBITDA OU LAJIDA	659,31	1.413,20	(53,35)%
Lucro líquido (R\$ mil)	251,90	193,27	30,34 %
Lucro líquido por lote de mil ações	0,25	0,19	29,36 %
Patrimônio líquido (R\$ mil)	4.611,41	4.387,63	5,10 %
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	- %
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,46%	4,40%	24,01 %
Endividamento do patrimônio líquido (%)	96,14%	121,11%	(20,61)%
Em moeda nacional (%)	96,14%	121,11%	(20,61)%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	- %
Ativos Regulatórios	928,07	476,14	94,92 %
Passivos Regulatórios	145,42	261,13	(44,31)%
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3,79	3,62	4,82 %
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	979,02	1.001,10	(2,21)%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	3,77	3,90	(3,21)%
Retorno de ativos por unidade	-	0,04	(100,00)%
	-	-	- %

(*) Ativos e Passivos Regulatórios tem a garantia real do órgão Regulador de transformação em caixa no final da concessão.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Sócios Cotistas, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores, ao Órgão Regulador e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da JOÃO CESA, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2022 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Siderópolis, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos		
Ativo Circulante	4.335,93	3.332,45
Caixa e equivalentes de caixa	531,39	790,56
Consumidores	1.131,91	1.686,18
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	8,00	2,16
Tributos compensáveis	1.544,28	23,23
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	13,86	15,51
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	928,07	476,14
Despesas pagas antecipadamente	22,03	52,86
Encargos Setoriais a Compensar	14,19	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	142,20	-
Ativos de operações	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	4.708,67	4.692,74
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	20,78	18,93
Depósitos judiciais e cauções	3,37	3,37
Investimentos temporários	9,32	8,12
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	4.608,32	4.573,75
Intangível	66,88	88,56
Total do ativo	9.044,60	8.025,18

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2022	2021
Passivo		
Passivo Circulante	4.061,88	3.234,50
Fornecedores	1.008,63	1.029,41
Empréstimos, financiamentos e debêntures	73,24	77,09
Obrigações sociais e trabalhistas	180,76	178,89
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	2.011,38	849,77
Provisão para litígios	211,82	190,62
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	217,58	519,01
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	138,38	239,48
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	220,09	150,23
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	371,30	403,06
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	7,04	21,65
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	364,26	381,41
Total do passivo	4.433,18	3.637,56
Patrimônio líquido	4.611,42	4.387,63
Capital social	1.022,73	1.022,73
Reservas de capital	(523,71)	(362,82)
Outros resultados abrangentes	1.923,43	2.108,69
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	2.188,97	1.619,03
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	4.611,42	4.387,63
Total do passivo e do patrimônio líquido	9.044,60	8.025,18

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(53,24)	(137,21)
Fornecimento de Energia	14.358,92	16.339,23
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	2.115,00	439,07
Outros Recebimentos Operacionais	1.534,49	172,28
Fornecedores - Materiais e Serviços	(966,65)	(1.342,29)
Fornecedores - Energia Elétrica	(7.300,57)	(6.664,94)
Salários e Encargos Sociais	(1.590,69)	(1.948,23)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.124,16)	(765,77)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(3.357,46)	(4.206,72)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(198,12)	(106,82)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.785,06)	(2.041,74)
Outras Despesas Operacionais	(1.738,94)	(11,28)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(149,15)	0,95
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(180,17)	-
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	31,02	0,95
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(202,39)	(136,26)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(56,77)	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(259,16)	(136,26)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(259,16)	(136,26)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(259,16)	(136,26)
No início do exercício	790,56	926,82
No fim do exercício	531,40	790,56

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2022	2021
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	15.987,97	16.451,00
Fornecimento de energia elétrica	6.605,87	8.440,19
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.348,02	7.176,23
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	23,32	243,34
Serviços cobráveis	23,53	22,38
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.987,23	568,86
Receita de Construção	-	-
Outras receitas	-	-
Tributos	(3.217,83)	(4.183,12)
ICMS	(2.590,61)	(3.421,67)
PIS-PASEP	(110,49)	(136,81)
Cofins	(516,73)	(624,64)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.820,44)	(2.255,75)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(54,84)	(50,12)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(54,92)	(50,12)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.693,56)	(1.120,49)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(17,12)	(15,33)
Outros encargos	-	(1.019,68)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.949,70	10.012,14
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.582,66)	(6.989,86)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.329,80)	(6.991,70)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(2.252,86)	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	1,84
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.367,04	3.022,28
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.014,99)	(2.836,25)
Pessoal e administradores	(2.272,44)	(2.137,76)
Material	(157,23)	(139,00)
Serviços de terceiros	(338,26)	(350,95)
Arrendamento e aluguéis	(0,27)	-
Seguros	(2,51)	(2,49)
Doações, contribuições e subvenções	(25,89)	(18,73)
Provisões	(54,60)	(124,04)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	15,94	18,93
Tributos	(10,93)	(9,38)
Depreciação e amortização	(319,69)	(183,25)
Despesas de Construção	-	-
Gastos diversos	(151,28)	(124,93)
Outras Receitas Operacionais	340,92	276,42
Outras Despesas Operacionais	(38,75)	(41,08)
Resultado da Atividade	352,05	186,03

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2021	2021
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	104,35	154,63
Despesas financeiras	(98,49)	(40,98)
Receitas financeiras	202,84	195,61
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	456,40	340,66
Despesa com impostos sobre os lucros	(204,50)	(147,39)
Resultado líquido das operações em continuidade	251,90	193,27
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	251,90	193,27
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	198,40	152,22
Acionistas não controladores	53,50	41,05
Lucro por ação	0,25	0,19
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,20	0,15
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,05	0,04
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	2022	2021
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	1.923,43	2.108,69
Reserva de reavaliação	1.923,43	2.108,69
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	1.923,43	2.108,69
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	1.514,89	1.660,80
Acionistas Não Controladores	408,54	447,89

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	"Recursos destinados a aumento de capital"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.022,73	(133,01)	445,35	-	1.201,83	-	2.536,90
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	260,20	-	260,20
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(72,80)	-	(72,80)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	1.663,34	-	-	-	1.663,34
Efeitos IFRS	-	(229,81)	-	-	229,81	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.022,73	(362,82)	2.108,69	-	1.619,03	-	4.387,63
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	251,90	-	251,90
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	(3,75)	-	(3,75)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	(185,26)	-	160,90	-	(24,36)
Efeitos IFRS	-	(160,89)	-	-	160,89	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.022,73	(523,71)	1.923,43	-	2.188,97	-	4.611,42

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela EFLJC é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Concessão de longo prazo de distribuição e comercialização de energia.

De acordo com o Contrato de Concessão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A EFLJC está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV (base dez/2019) ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha começado após julho de 1995. O limite do mínimo de 3MW deixa de existir a partir de Janeiro/2024.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da EFLJC. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3 - Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 38 e 39, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em Serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação atualizado em outubro de 2021. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga de distribuição.

O resultado na alienação na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor financeiro da alienação é depositado em conta corrente específica, conforme determinação do Órgão Regulador. **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais, através de apontamento de horas nas ordens de serviço. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, quando esta se dedica diretamente à obra, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de

pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 05. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação regulatória compulsória foi registrada em 31 de dezembro de 2007, complementada em 31 de março de 2012, novamente em 30 de novembro de 2016, e seu último complemento fora em 30 de outubro de 2021, esta última com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de agosto de 2021. Neste último ciclo ela abrangeu, também, as Obrigações Especiais do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada nos últimos 90 dias e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissonárias

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES					VALORES RENEGOCIADOS							
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2021	Total 2022
Fornecimento de Energia	328,90	-	203,71	6,94	19,12	167,83	(191,13)	-	-	23,73	(10,87)	548,23	931,18
Residencial	38,27	-	161,70	6,22	12,21	108,64	(125,20)	-	-	8,28	(0,92)	209,20	389,44
Industrial	166,19	-	10,68	-	24,94	24,94	(24,94)	-	-	1,54	(1,54)	176,87	425,60
Comercial	111,54	-	31,33	0,72	6,91	34,25	(40,99)	-	-	13,91	(8,41)	149,26	91,17
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poderes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,99
Iluminação Pública	12,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,90	23,98
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Taxado	8,59	-	-	-	-	-	(5,16)	-	-	-	-	3,43	3,11
Diversos	60,25	-	-	-	-	-	(5,67)	-	-	-	-	54,58	68,85
Fornecimento Não Faturado	525,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	525,67	683,04
Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estr.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	923,41	-	203,71	6,94	19,12	167,83	(201,96)	-	-	23,73	(10,87)	1.131,91	1.686,18

Aprovisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2020 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/21	Adições (A)	Baixas (B)	Trans- ferência (C)	Reava- liação (31/12/2022)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil													
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	6.175,93	364,52	(126,21)	-	(35,16)	6.379,09	490,73	(2.451,59)	3.927,50	1.998,05	(448,90)	84,64	(364,26)
Terrenos	57,19	-	-	-	-	57,19	-	-	57,19	57,19	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	85,52	-	-	-	-	85,52	-	(66,42)	19,09	21,91	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.334,41	364,52	(126,21)	-	(35,16)	5.537,57	238,31	(1.692,43)	3.845,14	3.771,05	(448,90)	84,64	(364,26)
Veículos	672,06	-	-	-	-	672,06	-	(672,06)	(0,00)	28,46	-	-	-
Móveis e utensílios	26,75	-	-	-	-	26,75	-	(20,67)	6,08	7,45	-	-	-
Administração	1.671,29	5,85	(1,56)	-	(4,08)	1.671,50	7,41	(1.113,27)	558,23	402,77	-	-	-
Terrenos	259,53	-	-	-	-	259,53	-	-	259,53	259,53	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	947,26	-	-	-	-	947,26	-	(791,06)	156,20	187,32	-	-	-
Máquinas e equipamentos	320,89	5,85	(1,56)	-	(4,08)	321,10	4,29	(199,54)	121,55	137,33	-	-	-
Veículos	70,32	-	-	-	-	70,32	-	(70,32)	0,00	0,00	-	-	-
Móveis e utensílios	73,29	-	-	-	-	73,29	-	(52,35)	20,94	24,91	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.847,22	370,37	(127,77)	-	(39,24)	8.050,59	498,14	(3.564,86)	4.485,73	2.400,82	(448,90)	84,64	(364,26)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil													
Gerção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	78,60	395,64	-	(351,65)	-	122,59	44,00	-	122,59	2,69	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2,69	361,83	-	(364,52)	-	122,59	(2,69)	-	122,59	2,69	-	-	-
Outros	75,91	33,81	-	12,87	-	122,59	46,69	-	122,59	-	-	-	-
Administração	-	5,85	-	(5,85)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	5,8499	-	(5,85)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	78,60	401,49	-	(357,50)	-	122,59	44,00	-	122,59	2,69	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	7.925,82	771,86	(127,77)	(357,50)	(39,24)	8.173,18	542,14	(3.564,86)	4.608,32	2.403,51	(448,90)	-	-

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transfêrencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Geração										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	149,91	-	-	-	-	149,91	-	(83,03)	66,88	88,56
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	149,91	-	-	-	-	149,91	-	(83,03)	66,88	88,56
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	149,91	-	-	-	-	149,91	-	(83,03)	66,88	88,56
Ativo Intangível em Curso										
Geração										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal										
Total do Ativo Intangível	149,91	-	-	-	-	149,91	-	(83,03)	66,88	88,56

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+C
AIS Bruto	5.655,31	370,37	(127,77)	-	(39,24)	5.858,67	242,60
Transformador de Distribuição	974,14	35,64	(12,34)	-	(3,44)	994,00	23,30
Medidor	2.029,31	126,00	(43,62)	-	(12,15)	2.099,53	82,38
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.755,70	171,93	(59,53)	-	(16,58)	1.851,52	112,41
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	575,27	30,95	(10,72)	-	(2,98)	592,52	20,23
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	320,89	5,85	(1,56)	-	(4,08)	321,10	4,29
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2022			20201		
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	"Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço						
Geração	-	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Distribuição	0,00%	6.379,09	(2.451,59)	3.927,50	2.129,99	
Custo histórico	3,61%	4.062,83	(1.632,10)	2.430,73	1.960,54	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	
Reavaliação	1,30%	2.316,26	(819,49)	1.496,77	169,44	
Administração	0,00%	1.671,50	(1.113,27)	558,23	374,48	
Custo histórico	0,34%	276,22	(175,51)	100,71	1.237,21	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	
Reavaliação	(0,51)%	1.395,28	(937,76)	457,52	(862,74)	
Comercialização	-	-	-	-	-	
Custo histórico	-	-	-	-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	
Reavaliação	-	-	-	-	-	
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	
Custo histórico	-	-	-	-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	
Reavaliação	-	-	-	-	-	
Em curso	-	122,59	-	122,59	130,85	
Geração	-	-	-	-	-	
Transmissão	-	-	-	-	-	
Distribuição	-	122,59	-	122,59	130,85	
Administração	-	-	-	-	-	
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduitoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	274,42	14,94	80,35	-	-	0,66	370,37
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedoros	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	274,42	14,94	80,35	-	-	0,66	370,37

Observação: No exercício de 2021 houve atualização da Reavaliação Regulatória Compulsória conforme laudo para a 4a. Revisão Tarifária Periódica da JOÃO CESA, devidamente publicada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67
Chave seccionadora	6,67
Condutor do sistema de Distribuição	3,57
Estrutura do sistema de Distribuição	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Equipamento geral de informática	16,67
Veículos	14,29

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
TRANSFORMADOR POTENCIAL 13/800 V:3 115V REL 70:1 EXTERNO	11,70
TRANSF. TRIF. 75 KVA, 13800/220 V	9,40
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 9 X 150 daN	9,09
TRANSF. TRIF. 112,5 KVA, 13800/380/220 V	8,80
TRANSFORMADOR DE CORRENTE 15 KV 10X20/5A 0,3C12,5 EXTERNO	7,35
TRANSF. TRIF. 45 KVA, 13800/380/220 V	6,86
CABO CA 3x1x95+70 mm ² , XLPE 0,6/1 kV	5,89
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 9 X 150 daN	4,71
CABO CA 3x1x50+50 mm ² , XLPE 0,6/1 kV	3,89
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 9 X 150 daN	3,23

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
TRANSF. TRIF. 75 KVA, 13800/220 V	9,40
SUCATA DE COBRE NÚ	2,44
SUCATA DE COBRE NÚ	1,80
MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO E 550	1,26
MEDIDOR TRIFÁSICO ELET. SAGA 1000 MOD. 1681	0,95
CABO CA 2 AWG NU	0,92
MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V	0,88
ARMAÇÃO SECUNDÁRIA - 4 ESTRIBOS	0,75
MEDIDOR BIFÁSICO ELETRÔNICO (15-120) A - SERIAL	0,73
MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V	0,70

6 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos) conforme demonstrado a seguir:

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 29/08/2021 a 28/08/2022, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em agosto de 2022, logo após o final da vigência do IRT 2021.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a EFLJC transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. De igual forma, as que vão ocorrendo no novo ciclo, vão sendo reconhecidas e atualizadas;

b) Demais ativos e passivos regulatórios

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social. Neste sentido, concedemos os descontos previstos no programa governamental para Residenciais Baixa Renda, bem como descontos aos consumidores Rurais e à TUSD dos Consumidores Livres conectados em nossa rede. Estes serão reembolsados pela CDE e são lançadas no grupo 1119.1.09.01 - Subsídios Tarifários E Redução Tarifária Equilibrada, não fazendo mais parte dos chamados "subsídios cruzados" até 2014 existente no Setor Elétrico.

ii) Quota parte de energia nuclear

A EFLJC, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear, uma vez que obtém sua energia via contrato de Suprimento junto à CELESC-DIS.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores, conforme contratos de concessão vigentes, e que gerou uma tarifa superior ou inferior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A. Da mesma forma que na CVA, é anualmente formada e amortizada no exercício seguinte após o seu reconhecimento oficial no reajuste ou revisão tarifária.

iv) Sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. Em 2021 este parâmetro ainda não gerou impactos à nossa Empresa, uma vez que ainda estamos praticando a compra de energia via Suprimento.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

No presente ciclo de revisão tarifária, a EFLJC não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em		Adição	Amortização	Remun.	Transf.	Saldo em		Valores em		Não	
	31/12/2021	31/12/2022					31/12/22	Amortizacao	Constituição	Circulante	Circulante	
Ativos Financeiros Setoriais	299,79	630,90	(485,57)	35,98	(23,92)	457,18	259,88	197,31	457,18	-	-	
CVA Ativa	179,14	205,74	(127,10)	3,73	(100,56)	160,95	3,20	157,75	160,95	-	-	
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Custo da Energia de Itaipu	34,58	60,54	(54,93)	6,99	(3,52)	43,66	43,66	-	43,66	-	-	
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CDE	86,07	364,62	(303,54)	25,26	80,16	252,57	213,02	39,55	252,57	-	-	
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Ativos Financeiros Setoriais	176,34	527,27	(163,79)	10,81	(79,75)	470,88	70,94	399,94	470,88	470,88	470,88	
Majoração PIS/COFINS	13,44	-	-	-	(13,44)	0,00	-	0,00	0,00	-	-	
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Neutralidade da Parcela A	162,90	485,79	(116,57)	10,81	(138,16)	404,77	4,83	399,94	404,77	-	-	
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	41,48	(47,22)	-	71,85	66,11	66,11	-	66,11	-	-	
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Ativos Financeiros Setoriais	476,14	1.158,17	(649,36)	46,79	(103,67)	928,07	330,82	597,25	928,07	928,07	928,07	

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivo Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em		Adição	Amortização	Remun.	Transf.	Saldo em		Valores em		Não Circulante
	31/12/21	31/12/22					31/12/22	Constituição	Amortização	Circulante	
Total	41,32	32,64	-	(27,66)	1,54	17,44	32,64	29,65	2,99	32,64	-
Custos de Aquisição de Energia - (CVAenerg)	0,00	27,25	-	(20,85)	0,27	47,83	27,25	27,25	-	27,25	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Progr. de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(0,00)	3,47	-	(0,34)	-	3,81	0,48	0,48	2,99	3,47	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	41,32	1,92	-	(6,47)	1,27	(34,20)	1,92	1,92	(0,00)	1,92	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	219,81	112,79	186,13	(296,44)	7,12	(3,83)	85,78	27,01	105,75	7,04	7,04
Majoração de alíquotas de PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	39,08	87,14	168,84	(75,68)	7,12	(52,22)	67,17	19,97	-	87,14	-
Sobrecontratação de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	159,08	(0,00)	17,29	(207,47)	-	31,10	-	(0,00)	(0,00)	(0,00)	-
Outros	21,65	25,65	-	(13,29)	-	17,29	18,61	7,04	30,00	18,61	7,04
Total dos Passivos Financeiros Setoriais	261,13	145,43	186,13	(324,10)	8,66	13,61	115,43	30,00	138,39	7,04	7,04

Obs: Valores expresso no "Não Circulante" referem-se à Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, ali registrados por ordem da SFF/ANEEL até o ano de nossa Revisão Tarifária Periódica.

7. Empréstimos e Financiamentos

Juros de Curto Prazo	Principal + Juros	Saldo Adimplente	Data de capturação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a	Data Próxima		Frequencia	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	2023					2024					2025					2026					2027+					Total
							Juro	Pgto					Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	Pgto	Juro	
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA																																						
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																																						
Linha 01 (informar instituição ou linha)																																						
Linha 02																																						
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																																						
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S/A																																						
Linha 02																																						
Dividas Tributárias (Refis, Paes,...)																																						
União																																						
União 01																																						
União 02																																						
Estado																																						
Parcelamento ICMS - Maio - 2022																																						
Município																																						
Dividas com Fundo de Pensão																																						
Pensão 01																																						
Pensão 02																																						
Dividas com Agentes do Setor																																						
Renegociação 01 (credor ou encargo?)																																						
Renegociação 02																																						
Múltiplos Passivos																																						
Múltiplo 01																																						
Múltiplo 02																																						
Diversos																																						
Outros 01																																						
Outros 02																																						
Total por Dívida																																						
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																																						
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																																						
Tributária																																						
Fundo de Pensão																																						
Intra-setoriais																																						
Múltiplos (Empresas Relacionadas)																																						
Diversos																																						

Abertura dos Instrumentos
A EFLJC não se utilizou de instrumento derivativos em 2021 e 2022

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal		Total 2022	Total 2021
		Curto Prazo	Principal + Juros LP		
Dívida Bruta	-	218,21	-	218,21	233,65
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	73,24	-	73,24	77,09
Tributária	-	144,97	-	144,97	156,55
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(531,40)	(9,32)	(540,71)	(776,14)
Alta Liquidez	-	(531,40)	-	(531,40)	(776,14)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(9,32)	(9,32)	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(313,19)	(9,32)	(322,51)	(542,50)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não houveram Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2021 e 2022 na EFLJCL, uma vez que as provisões efetuadas estão de acordo com o nosso processo tarifário, inclusive a PCLD. Não houveram, também, nenhuma provisão de ganhos contingentes que pudessem resultar em diferimento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

	2022	2021
Ativo circulante	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
Ativo não circulante	-	-
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
Total	-	-

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Outorgada serão realizados em XX anos.

9. Provisões para Litígios

Os saldos de provisões para Litígios em 2021 e 2022, mantidos na EFLJCL foram:

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021	-	190,62	-	-	-	-	190,62
Constituição	26,50	-	-	-	-	-	26,50
Baixas/reversão	(5,30)	-	-	-	-	-	(5,30)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	21,20	190,62	-	-	-	-	211,82

Provisões CIVIS - Fornecedores: Trata-se da provisão referente processo junto a fornecedor por descumprimento contratual, o qual envolveu terceiros e encontra-se em tramitação judicial. Não houve nenhuma alteração de provisão no exercício de 2022.

Provisões Trabalhista: Trata-se da provisão referente processo Impetrado na ação 0000337-91.2022.5.12.0055 no valor de R\$ 26,50 mil. Houve um acordo trabalhista com o pagamento inicial de R\$ 5,30 mil reais nesse exercício de 2022. As demais parcelas vencem em 2023.

10. Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação	Custo	Correção	Reavaliação	Total
	Taxa Média		Monetária		
	Anual	Histórico	Especial		
Em serviço	3,49%	(388,96)	-	(59,94)	(194,43)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,56%	(7,97)	-	(9,66)	(17,63)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,43%	(126,52)	-	(50,28)	(176,80)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	(254,47)	-	-	(254,47)
Ultrapassagem de demanda	-	(113,09)	-	-	(113,09)
Excedente de reativos	-	(141,38)	-	-	(141,38)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	21,71	-	28,82	50,53
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	4,68	-	9,33	14,01
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	17,03	-	19,49	36,52
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	34,11	-	-	34,11
Ultrapassagem de demanda	-	13,83	-	-	13,83
Excedente de reativos	-	20,28	-	-	20,28
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Em Curso					
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Total	3,49%	(333,14)	-	(31,12)	(364,26)

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

CONTA	Nomenclatura	2021	Movimentação	2022
2223.3.01.02.00.0.001	Participação Financeira do Consumidor - Até Dez/2015	(7,97)	(0,00)	(7,97)
2223.3.01.05.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin. de Cons. Nov/2016	(9,66)	0,00	(9,66)
	Sub total	(17,63)	(0,00)	(17,63)
2223.3.01.05.00.0.001	Software - Neo Domino -P&D - Projeto Localização de Faltas - Até Dez/2015	(41,48)	-	(41,48)
2223.3.01.05.00.0.003	Software - Projeto Localização de Faltas - Dez/2021	(85,04)	-	(85,04)
2223.3.02.02.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin do Cons. - Nov/2016	(50,28)	-	(50,28)
	Sub total	(176,80)	-	(176,80)
2223.3.01.99.00.0.002	Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016	(69,37)	(0,01)	(69,38)
2223.3.01.99.00.0.004	Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021	(61,22)	0,00	(61,22)
2223.3.01.99.00.0.003	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016	(42,87)	-	(42,87)
2223.3.01.99.00.0.005	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021	(64,78)	-	(64,78)
2223.3.01.99.00.0.006	Receita de Excedente de Reativo - Mar/2016 a Dez/2016	-	(10,79)	(10,79)
2223.3.01.99.00.0.007	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 a Dez/2016	-	(5,44)	(5,44)
	Sub total	(238,25)	(16,24)	(254,48)
2223.3.01	Total	(432,67)	(16,24)	(448,91)
2223.3.02.02.00.0.001	(-) Depreciação Participação Financeira Consumidor - Até Dez/2015	4,38	0,30	4,68
2223.3.02.02.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin do Cons. - Nov/2016	8,97	0,36	9,33
	Sub total	13,34	0,67	14,01
2223.3.02.05.00.0.001	(-) D.A - Software - P&D - Neo Domino - Até Dez/2015	11,93	1,58	13,51
2223.3.02.05.00.0.003	(-) D.A Projeto P&D - Localização de Perdas - Dez/2021	0,27	3,25	3,52
2223.3.02.05.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Software - Nov/2016	17,57	1,92	19,49
	Sub total	29,76	6,76	36,52
2223.3.02.99.00.0.002	(-) DA - Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016	14,16	2,65	16,81
2223.3.02.99.00.0.004	(-) DA - Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021	0,72	2,34	3,06
2223.3.02.99.00.0.003	(-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016	8,75	1,64	10,39
2223.3.02.99.00.0.005	(-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021	0,76	2,47	3,23
2223.3.02.99.00.0.006	(-) DA - Receita de Excedente de Reativo - Mar/2016 a Dez/2016	-	0,41	0,41
2223.3.02.99.00.0.007	(-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 a Dez/2016	-	0,21	0,21
		24,39	9,72	34,11
2223.3.02	Total	67,49	17,15	84,64

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Valor					Valor
	Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferência (c)	Reavaliação	Bruto em 31/12/2022
Obrigações Especiais - R\$ Mil						
Em serviço	(194,43)	-	-	-	-	(194,43)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(17,63)	-	-	-	-	(17,63)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(176,80)	-	-	-	-	(176,80)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Outros	(238,24)	(238,24)	-	(16,23)	-	(254,47)
Ultrapassagem de demanda	(107,65)	(107,65)	-	(5,44)	-	(113,09)
Excedente de reativos	(130,59)	(130,59)	-	(10,79)	-	(141,38)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	67,49	17,15	-	-	-	50,54
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	13,34	0,68	-	-	-	14,02
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	29,76	6,76	-	-	-	36,52
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Outros	24,39	9,71	-	-	-	34,10
Ultrapassagem de demanda	9,51	4,32	-	-	-	13,83
Excedente de reativos	14,88	5,39	-	-	-	20,27
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total em Serviço	(340,79)	(221,09)	-	(16,23)	-	(364,26)
Em Curso	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-
Outros	(16,23)	-	-	16,23	-	-
Ultrapassagem de demanda	(10,79)	-	-	10,79	-	-
Excedente de reativos	(5,44)	-	-	5,44	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total em Curso	(16,23)	-	-	16,23	-	-
Total Geral	(357,02)	(221,09)	-	-	-	(364,26)

Obs: A partir da RTP 2016 a SFF/ANEL determinou que a Concessionária que renovar sua Concessão, contabilize o Excedente de Reativo e a Demanda de Ultrapassagem no grupo 2211 - Passivo Financeiro Setorial. Por essa razão não houve movimentação neste grupo em 2022, somente transferência do grupo em curso para em serviço.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 1.022,73 mil (Um mil e vinte e dois, e setenta e três centavos de reais/mil), composto por 1.022.730 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta) cotas, sendo as mesmas de responsabilidade limitada valendo R\$ 1,00 (Um Real) cada, distribuída em 13 (Treze) cotistas, conforme segue:

Acionistas	Cotas	Preferenciais %
Espolio Víctor Cesa	774,62	75,74%
Helena Amália Frassetto	102,34	10,01%
Inocente Frassetto	45,91	4,49%
Angelica Feltrin Cesa	42,95	4,20%
Edson de Silvestre	15,44	1,51%
Daniel Paulino de Araujo	15,44	1,51%
Alda Feltrin Patel	5,42	0,53%
Vilson Moacir Cesa	5,11	0,50%
Espolio Lírio Cesa	5,11	0,50%
Emerson Cardoso Cesa	5,11	0,50%
Jorge Henrique Cesa	1,74	0,17%
Fátima Raquel Cesa Pereira	1,74	0,17%
Hélio Roberto Cesa	1,74	0,17%
Total	(1.022,73)	100,00%

Reservas de Capital

	2022	2021
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	(523,71)	362,82
Total	(523,71)	362,82

Outros Resultados Abrangentes

	2022	2021
Reavaliação regulatória compulsória	3.675,00	(3.714,24)
Depreciação da reavaliação regulatória compulsória	(1.751,57)	1.605,55
Total	1.923,43	(2.108,69)

Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	-

Lucros (prejuízos) acumulados

	2022	2021
Lucros acumulados	2.188,97	(1.619,03)
Prejuízos acumulados	-	-
Total	2.188,97	(1.619,03)
Total patrimônio líquido	4.611,42	(4.387,63)

Obs 1: A EFLJC por ser uma Sociedade Ltda não está obrigada a constituir reservas de lucros. Por esse motivo justificamos a ausência de tais números.

Obs 2: Não houveram ajustes em exercícios anteriores nos anos de 2021 e 2022.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento - Faturado	3.887	3.847	14.539,42	14.986,25	11.540,72	14.123,48
Residencial	3.342	3.310	7.385,26	7.307,55	5.633,94	6.680,82
Industrial	79	81	2.849,76	3.436,12	2.962,25	3.237,39
Comercial	406	397	3.386,24	3.397,03	2.301,03	3.477,85
Rural	4	4	10,59	12,13	7,52	9,13
Poder público	54	53	542,09	476,32	458,51	477,56
Iluminação pública	1	1	356,37	357,10	170,11	228,63
Serviço público	1	1	9,11	-	7,36	12,10
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	3	3	6.651,41	5.463,86	1.587,83	1.451,70
Consumidores Cativos	3	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	-	3	6.651,41	5.463,86	1.587,83	1.451,70
Encargos de conexão de agentes de geração Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado (-) Transferências						
(-) Transferências	-	-	-	-	(17,29)	(25,20)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(7,90)	(18,69)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(9,39)	(6,51)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas	-	-	-	-	-	-
Regulatórias	-	-	-	-	3.034,08	834,58
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	116,08	140,80
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(507,02)	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos	-	-	-	-	414,26	102,54
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	23,53	22,38
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	2.987,23	568,86
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(157,37)	66,43
Renda Não Faturada	-	-	-	-	(157,37)	66,43
Total	3.890,00	3.850,00	21.190,83	20.450,11	15.987,97	16.451,00

Obs: A Renda Não Faturada apresentada acima compõem-se exclusivamente de Consumidores Cativos: R\$/mil (157,37).

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2022 a Concessionária Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não efetuou comercialização de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, optando, neste exercício, pela continuidade do Suprimento de Energia via CELESC-D.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal	1.758,84	1.676,87
Remuneração	1.214,14	1.143,19
Encargos	428,82	421,65
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	5,18	18,96
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	207,50	179,60
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(96,80)	(86,53)
Administradores	513,59	460,89
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	484,58	434,89
Benefícios dos administradores	29,01	26,01
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	2.272,43	2.137,76

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	251,90	340,66
Ajustes Efeitos IFRS	160,90	66,93
Lucro ajustado	412,80	407,59
Ajustes LALUR	54,76	124,30
Dedução de Prejuízo de Exerc. Anteriores (Parte B LALUR)	-	(27,79)
Base de Calculo Fiscal	467,56	504,09
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(204,50)	(147,39)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(204,50)	(147,39)

Obs: Os impostos expressos acima referem-se a R\$/Mil de CSLL e R\$/Mil de IRPJ.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a EFLJC uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade. Por esse motivo justificamos sua ausência na presente nota explicativa.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em 24/08/2021 nossa Empresa encerrou o seu Quinto Ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.923, de 24/08/2021, que entrou em vigor em 29/08/2021. O índice de reposicionamento foi: 9,76% referente à Parcela A + Parcela B, e de 2,14% quanto aos "componentes financeiros".

Gerando assim um reposicionamento de 11,90% (A+B+Componentes Financeiros). O Componente Pd e T do Fator X foi fixado em (2,61)%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2021 a 2026 foi definido em 4,055% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 0,722% para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

17.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Nos meses de janeiro à julho/2022, nossa tarifa foi norteada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 2.923/2021. No dia 23/08/2022 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2022/2023, com vigência a partir de 29/08/2022, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 3.103/2022.

A presente Resolução, atualizou a nossa "Parcela B" que havia sido fixada no último ciclo de Revisão Tarifária Periódica, conforme determinado pelo PRORET sub módulo 2.2, aprovado pela REN 660 de 28/04/2015.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados a nossa Empresa.

O reajuste real total foi de 8,63%, porém, gerou aos consumidores um efeito médio de 5,54%. Este reajuste vigorará até 28/08/2023.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	2022	2021
	Valores	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	5.675,28	5.148,11
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	349,18	316,74
(4) Bens Totalmente Depreciados	923,06	837,32
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	4.403,04	3.994,05
(6) Depreciação Acumulada	2.552,61	2.315,51
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	3.122,66	2.832,61
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	3.122,66	2.832,61
(10) Almojarifado em Operação	14,22	12,90
(11) Ativo Diferido	-	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	276,83	251,12
(13) Terrenos e Servidões	-	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	2.860,05	2.594,39
(15) Saldo RGR PLPT	-	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-	-
(17) Taxa de Depreciação	3,84%	3,84%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	169,08	153,37
(19) WACC real antes de impostos	10,64%	10,64%
(20) Taxa RGR PLPT	-	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	7,08	6,43
23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	311,26	282,35

Composição do Investimento Remunerável

Componentes do Investimento Remunerável	R\$ mil	R\$ mil
	" REVISÃO 08/21 "	2022
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	5.148,11	5.675,28
b) (-) Depreciação Acumulada	(2.315,51)	(2.552,61)
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	(251,12)	(276,83)
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	2.581,49	2.845,83
e) (+) Almojarifado	12,90	14,22
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	2.594,39	2.860,05
		0
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	2.594,39	2.860,05
i) Bens 100% depreciados	837,32	923,06
j) Variação do IPCA (líquido fator X)		
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,24%	153,37	169,08

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	IPCA - Fator X 10,24%	
	2021	2022
	Valores	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.124,36	1.239,49
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	505,96	557,77
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	134,92	148,74
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	483,47	532,98
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	52,85	58,26
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	26,45	29,16
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	116,93	128,90
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	196,23	216,33

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IPCA, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

Vale salientar que, 6o. Ciclo Tarifário, a ANEEL verificará esse procedimento ao final do ciclo, controlando anualmente os índices de continuidade e de qualidade, de forma a verificar se os investimentos tiveram efetivos resultados aos consumidores.

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão ou reajuste tarifário da EFLJCL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita		Variação	Impacto no	Part. na
	Último RTP R\$	V 8.349,84 Receita	Reajuste	Projetada %	Reajuste Tarifário %	Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	8.202,09	1.445,74	8.695,23	20,54%	115,15%	1000,98%
1.1. Encargos Setoriais	1.389,22	-	2.109,19	14,82%	118,20%	242,81%
RGR	-	-	-	- %	- %	- %
CCC	-	16,56	-	- %	- %	- %
TFSEE	15,96	1.137,38	19,44	3,74%	17,41%	2,24%
CDE	1.091,81	186,40	1.702,30	4,17%	49,67%	195,97%
PROINFA	178,70	105,42	282,49	4,31%	51,55%	32,52%
P&D (Eficiência Energética)	102,75	-	104,97	2,59%	(0,43)%	12,08%
ONS	-	-	-	- %	- %	- %
ESS	-	2.014,47	-	- %	- %	- %
1.2. Transmissão	1.895,16	-	2.132,83	6,30%	5,88%	245,53%
Rede Básica	-	-	-	- %	- %	- %
Rede Básica Fronteira	-	-	-	- %	- %	- %
Itaipu	-	-	-	- %	- %	- %
Conexão	-	2.014,47	-	- %	- %	- %
CUSD	1.895,16	-	2.132,83	6,30%	5,88%	245,53%
Outros	-	4.889,64	-	- %	- %	- %
1.3. Compra de Energia	4.917,72	-	4.453,21	(0,57)%	(8,93)%	512,65%
CCEAR Existente	-	-	-	- %	- %	- %
CCCEAR Nova	-	4.889,64	-	- %	- %	- %
Contratos Bilaterais	4.917,72	-	4.453,21	(0,57)%	(-8,93)%	512,65%
Itaipu	-	3.257,81	-	- %	- %	- %
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	3.139,37	2.916,82	3.514,90	-3,33%	112,09%	404,63%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	2.809,09	287,20	3.225,52	3,84%	10,58%	371,32%
2.2. Remuneração	286,41	154,52	309,01	0,28%	7,60%	35,57%
2.3. Depreciação	154,09	8,25	166,25	0,28%	7,60%	19,14%
2.4. Receitas Irrecuperáveis	8,22	(108,97)	8,87	0,28%	7,60%	1,02%
2.5. Outras Receitas	(118,44)		(194,75)	(7,99)%	78,72%	(22,42)%
3. Reposicionamento Econômico	9,76%		5,10%			
4. Componentes Financeiros	2,14%		3,53%			
5. Reposicionamento com Financeiros	11,90%		8,63%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	1,40%		(3,09)%			
7. Efeito para Consumidor	(13,30)%		(5,54)%			

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias. Conforme segue:

Descrição	2022			2021			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		4.335,93	-	4.335,93	2.953,75	-	2.953,75
Caixa e equivalentes de caixa		531,39	-	531,39	926,82	-	926,82
Consumidores		1.131,91	-	1.131,91	1.373,04	-	1.373,04
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		8,00	-	8,00	164,10	-	164,10
Tributos compensáveis		1.544,28	-	1.544,28	91,91	-	91,91
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		13,86	-	13,86	11,51	-	11,51
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		928,07	-	928,07	266,27	-	266,27
Despesas pagas antecipadamente		22,03	-	22,03	16,31	-	16,31
Ativos de operação descontinuada e bens Destinados à alienação		14,19	-	14,19	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		142,20	-	142,20	103,80	-	103,80
Ativo não circulante		4.708,67	(1.954,55)	2.754,12	2.655,46	(480,78)	2.174,68
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		20,78	-	20,78	10,66	-	10,66
Depósitos judiciais e cauções		3,37	-	3,37	3,37	-	3,37
Investimentos temporários		9,32	-	9,32	6,12	-	6,12
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes (Ativo Financeiro da Concessão)	18.3	-	170,83	170,83	-	117,01	117,01
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	18.4.1	4.608,32	(4.608,32)	-	2.635,32	(2.635,32)	-
Intangível	18.7.2	66,88	2.482,94	2.549,82	-	2.037,53	2.037,53
Total do ativo		9.044,60	(1.954,55)	7.090,05	5.609,22	(480,78)	5.128,44

Descrição	2022			2021			
	Nota Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario	
Passivo							
Passivo circulante	4.061,88	-	4.061,88	3.234,50	-	3.234,50	
Fornecedores	1.008,63	-	1.008,63	1.029,41	-	1.029,41	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	73,24	-	73,24	77,09	-	77,09	
Obrigações sociais e trabalhistas	180,76	-	180,76	178,89	-	178,89	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	2.011,38	-	2.011,38	849,77	-	849,77	
Provisão para litígios	211,82	-	211,82	190,62	-	190,62	
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	217,58	-	217,58	519,01	-	519,01	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	138,38	-	138,38	239,48	-	239,48	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos circulantes	220,09	-	220,09	150,23	-	150,23	
Passivo não circulante	371,30	(31,11)	340,19	403,06	(33,41)	369,65	
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	-	-	-	-	-	-	
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	-	-	-	-	-	-	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	7,04	-	7,04	21,65	-	21,65	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	18.6.1	364,26	(31,11)	333,15	381,41	(33,41)	348,00
Total do passivo	4.433,18	(31,11)	4.402,07	3.637,56	(33,41)	3.604,15	
Patrimônio líquido							
Capital social	1.022,73	-	1.022,73	1.022,73	-	1.022,73	
Reservas de capital	18.8	(523,71)	511,05	(12,66)	375,48	12,66	
Outros resultados abrangentes	18.8	1.923,43	(1.923,43)	-	2.108,69	(2.108,69)	
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	18.8	2.188,97	(511,06)	1.677,91	1.619,03	(375,48)	1.243,55
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	
Reserva de sobras	-	-	-	-	-	-	
Sobras à disposição da Assembleia	-	-	-	-	-	-	
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	
Total do patrimônio líquido	4.611,42	(1.923,44)	2.687,98	4.387,63	(2.108,69)	2.278,94	
Total do passivo e do patrimônio líquido	9.044,60	(1.954,55)	7.090,05	8.025,18	(2.142,10)	5.883,09	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		15.987,97	44,00	16.031,97	16.451,00	209,45	16.660,45
Fornecimento de energia elétrica		6.605,87	-	6.605,87	8.440,19	-	8.440,19
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		6.348,02	-	6.348,02	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		530,34	-	530,34	7.176,23	-	7.176,23
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		23,53	-	23,53	243,34	-	243,34
Serviços cobráveis		2.987,23	-	2.987,23	22,38	-	22,38
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	18.7.3	-	-	-	568,86	209,45	778,31
Outras receitas vinculadas		(507,02)	44,00	(463,02)	-	-	-
Tributos		(3.217,83)	-	(3.217,83)	(4.183,12)	-	(4.183,12)
ICMS		(2.590,61)	-	(2.590,61)	(3.421,67)	-	(3.421,67)
PIS-PASEP		(110,49)	-	(110,49)	(136,81)	-	(136,81)
Cofins		(516,73)	-	(516,73)	(624,64)	-	(624,64)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.820,44)	-	(1.820,44)	(2.255,75)	-	(2.255,75)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(54,84)	-	(54,84)	(50,12)	-	(50,12)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(54,92)	-	(54,92)	(50,12)	-	(50,12)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(1.693,56)	-	(1.693,56)	(1.120,49)	-	(1.120,49)
Taxa de fiscalização		(17,12)	-	(17,12)	(15,33)	-	(15,33)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		-	-	-	(1.019,68)	-	(1.019,68)
Receita líquida / Ingresso líquido		10.949,70	44,00	10.993,70	10.012,14	209,45	10.221,58
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(7.582,66)	-	(7.582,66)	(6.989,86)	-	(6.989,86)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.047,31)	-	(5.047,31)	(6.813,00)	-	(6.813,00)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(282,49)	-	(282,49)	(178,70)	-	(178,70)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distrib.		(2.252,86)	-	(2.252,86)	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	1,84	-	1,84
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.367,04	44,00	3.411,04	3.022,28	209,45	3.231,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(3.014,99)	116,90	(2.898,09)	(2.836,25)	(142,51)	(2.978,76)
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)		(2.272,44)	-	(2.272,44)	(2.137,76)	-	(2.137,76)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(157,23)	-	(157,23)	(139,00)	-	(139,00)
Serviços de terceiros		(338,26)	-	(338,26)	(350,95)	-	(350,95)
Arrendamento e aluguéis		(0,27)	-	(0,27)	-	-	-
Seguros		(2,51)	-	(2,51)	(2,49)	-	(2,49)
Doações, contribuições e subvenções		(25,89)	-	(25,89)	(18,73)	-	(18,73)
Provisões		(54,60)	-	(54,60)	(124,04)	-	(124,04)
Recuperação de despesas		15,94	-	15,94	18,93	-	18,93
Tributos		(10,93)	-	(10,93)	(9,38)	-	(9,38)
Depreciação e amortização	18.5.2	(319,69)	160,90	(158,79)	(183,25)	66,93	(116,32)
Gastos diversos da atividade vinculada	18.7.3	(151,28)	(44,00)	(195,28)	(124,93)	(209,44)	(334,37)
Outras Receitas Operacionais		340,92	-	340,92	276,42	-	276,42
Outras Gastos Operacionais		(38,75)	-	(38,75)	(41,08)	-	(41,08)
Resultado da Atividade		352,05	160,90	512,95	186,03	66,94	252,97
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		104,35	-	104,35	154,63	-	154,63
Despesas financeiras		(98,49)	-	(98,49)	(40,98)	-	(40,98)
Receitas financeiras		202,84	-	202,84	195,61	-	195,61
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	18.9	456,40	160,90	617,30	340,66	66,94	407,59
Despesa com impostos sobre os lucros		(204,50)	-	(204,50)	(147,39)	-	(147,39)
Resultado líquido das operações em continuidade		251,90	160,90	412,80	193,27	66,94	260,20
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	18.9	251,90	160,90	412,80	193,27	66,94	260,20
Atribuível aos:							
Quotistas controladores		198,40	126,72	325,12	152,22	52,71	204,93
Quotistas não controladores		53,50	34,18	87,68	41,05	14,22	55,27
Lucro por ação		0,25	0,16	0,41	0,19	0,07	0,26
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,25	0,16	0,41	0,19	0,07	0,26
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1 Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais, uma vez que são agora aceitos pelas normas do IFRS.

18.3 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão e OCPC 05, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado em serviço.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.5.3. Intangíveis da Concessão

Os valores ali demonstrados como AJUSTES tratam-se dos bens vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, não aceitos pela Contabilidade Internacional como Ativo Imobilizado. Preve-se que os valores aqui resgistrados estejam totalmente depreciados até o final da Concessão. Saldo residuais previstos foram transferidos para o Ativo Financeiro da Concessão.

18.6 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.6.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2021 e 2022.

18.7.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2021 e 2022.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Patrimônio Líquido Societário	2.687,98	2.278,94
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	160,90	362,82
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	1.923,43	2.108,69
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		
Efeitos IFRS - Outras Reservas de Capital	(160,90)	(362,82)
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Patrimônio Líquido Regulatório	4.611,41	4.387,63

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço. Salientamos que esta reavaliação somente sofreu baixas e depreciação no exercício de 2022.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores e do Órgão Regulador, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	412,80	260,20
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(160,90)	(66,93)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(160,90)	(66,93)
Receita/Despesa de Construção	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	251,90	193,27

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de , cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;
b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

d) O decreto acima descrito, também faz menção a itens não abordados nesta nota explicativa;

Após diversas ações políticas do Setor Agropecuário, o item c) acima foi revogado, tornando-se sem efeito, continuando, contudo, o decreto com validade.

Em 2023 os efeitos deste decreto trarão grande impacto aos consumidores até então amparados por estes subsídios, uma vez que já será o quinto ciclo de diminuição, sendo efetivamente retirado 80% do benefício tarifário, até o mês de julho/23, onde após, essa data será retirada integralmente.

20. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2022 a EFLJCL contabilizou 4,70 % de Perdas (Técnicas e não técnicas). AANEEL publicou a meta regulatória de 4,78%. Com satisfação a JOÃO CESA apresenta perdas globais abaixo da meta regulatória. Durante o ano de 2023 a EFLJCL continuará seu investimento nesta área com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

21. Revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

A ANEEL, através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, anunciou durante o ano de 2022, que nomeou grupo de trabalho para nova revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o qual substituirá a atual REN 674/2015 da ANEEL. A JOÃO CESA realizará durante o exercício vindouro, treinamento e adaptações no modo de trabalho e nos sistemas, para que este evento subsequente possa ocorrer sem nenhum problema de descontinuidade.

22 - Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais.

Neste período, a JOÃO CESA teve sua ação de recuperação deste valor para seus consumidores, transitada em julgada, possibilitando procedimentos para recuperação fiscal desse valor.

Assim sendo, temos provisionado o valor original a compensar, e, devolver ao consumidor de: R\$/mil 574,00 a título de PIS, e, R\$/mil 813,86 a título de COFINS.

A efetiva compensação estará iniciando no exercício de 2023, mais especificamente a partir de fevereiro.

23 - FATO RELEVANTE – NOVO MARCO REGULATÓRIO DO GD

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída pelo Sistema de Compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa Empresa, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas.

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a Distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da Empresa, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras. Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

24 - Lei de Proteção dos Dados - LGPD

Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa Empresa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis. Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa Empresa, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, revisamos todos os contratos com usuários, funcionários e parceiros e criamos termos de consentimento, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

25 - Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais e configuram o Balanço Regulatório de 2022 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

EDSON DE SILVESTRE

Diretor Administrativo
CPF nº 024.589.159-57

SEDNIR CESA

Diretor Financeiro
CPF nº 298.507.039-20

DEIVISON JUVINO DE SOUSA E SILVA

CRC: SP-299368/O
CPF: 389.805.048-37

DAVID ROGER KESTERING

Coordenador Departamento Contábil
CPF: 063.668.609-47

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos
Srs. Cotistas e Administradores da
EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA
Siderópolis - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

A **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis em separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, com data de 13 de abril de 2023.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 14 de abril de 2023.

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012